

Argumento

INESC, organizador (coletânea de artigos)

PAZ o desafio, 2001, 90p.

(Argumento nº 6 - INESC)

1. Política Internacional

Secretária Geral: Maria José Jaime

Editor responsável: Jair Barbosa Jr.

Conselho editorial: Bizeh Jaime, Jair Barbosa Jr, Luciana Costa

Diagramação: Ivone Melo

É permitida a reprodução, desde que citada a fonte.



ARGUMENTO – Publicação do **INESC - Instituto de Estudos Socioeconômicos** - SCS - Qd. 08 - Bl. B-50 - Salas 431/441 – Venâncio 2000 CEP 70333-970 – Brasília-DF – Brasil Fone: (061) 226-8093 – Fax: 226-8042 - E. Mail: inesc@inesc.org.br – Site: www.inesc.org.br – *Impressão:* VANGRAF



Apresentação

Paz - o Desafio, uma coletânea de artigos publicados pela imprensa brasileira e outros escritos especialmente para esta publicação, surgiu da necessidade do INESC dar sua contribuição para ampliar o debate e a argumentação em favor da Paz, contra o terrorismo e contra a vingança, cega e surda, em substituição à Justiça. Na atual situação internacional, sentimos necessidade de afirmar nossa posição institucional e como cidadãos e cidadãs. Nos recusamos a ter de escolher entre o apoio a atos terroristas e a retaliação (“Ou vocês estão conosco ou com o terrorismo”, Presidente Bush). Essa escolha maniqueísta não é a nossa e não podemos fazê-la nem aceitá-la.

Nós somos contra atos terroristas que ceifam vidas inocentes em nome de religião, causas ou qualquer razão, seja ela qual for. Mas também somos contra a utilização da lei de Talião, qualquer que seja o argumento usado para utilizá-la. Somos defensores da Paz. Estamos com a Paz, com a Justiça, com os Direitos Humanos. E, no caso específico da guerra que já começou, somos contra o massacre de um povo depauperado, faminto, vítima indefesa contra a tecnologia bélica dos Estados Unidos. E somos também contra os próximos atos terroristas, que possivelmente virão, que também irão ceifar vidas.

Ao longo de mais de vinte anos de existência, nossa organização vem se dedicando a contribuir para a consolidação de princípios democráticos no seio da sociedade brasileira. Também participamos de diversos espaços internacionais no sentido de contribuir na construção de uma agenda planetária que respeite as diferenças, o pluralismo e tenha como objetivo mudar a atual sociedade, baseada no lucro, no mercado e geradora de desigualdades.



Sabemos que a tarefa de divulgar informações e análises que levem à conscientização pela Paz é urgente. Corremos contra o tempo e sequer podemos prever qual será o cenário internacional quando esta publicação estiver chegando às mãos de nossos leitores. Mas permanecemos firmes no propósito de fortalecer a corrente que defende a identificação e julgamento dos culpados pelo aviltante atentado contra o World Trade Center (WTC) em espaços jurídicos internacionais como o Tribunal de Haia. Também acreditamos que esse processo de erradicação da peste do terrorismo é amplo e demanda uma reflexão de lideranças planetárias. A vida, como valor máximo, e o direito à autodeterminação dos povos precisam ser mais do que princípios.

Muito se falou sobre o simbólico das imagens - transmitidas ao vivo para todo o mundo - da destruição do WTC. Agora, dizem os articulistas em redor do planeta, estamos finalmente entrando no tão esperado século XXI. Se assim é, entramos pela porta errada, pela porta do terror, do ódio, da guerra e do desrespeito à vida.

O atentado do WTC e a retaliação que já começou nos levam à reflexão da urgência de repensarmos o mundo que estamos construindo para nossos filhos, netos e vindouras gerações. A prevalência do econômico sobre o político, do lucro sobre os direitos sociais já mostram sinais de falência. Precisamos restabelecer princípios de Justiça, de Direitos Humanos, do respeito à vida. Os Direitos Humanos estão agora ameaçados e cabe-nos lutar para garanti-los no Brasil e, através da luta internacional solidária, em outros países do mundo, inclusive nos Estados Unidos.

Todos os textos aqui publicados, tanto os reproduzidos quanto aqueles especialmente escritos para essa finalidade, são de inteira responsabilidade de seus autores.

Que a Paz, o respeito à Vida, à Justiça e aos Direitos Humanos prevaleçam sempre e sejam orientadores na construção do futuro de todos nós.

Maria José Jaime
Secretária Geral



Sumário

Apresentação	03
A miséria do realismo político	07
<i>Wellington Almeida</i>	
E, no entanto, outro mundo é possível	13
<i>Cândido Grzybowski</i>	
O que está em jogo	19
<i>Iara Pietricovsky</i>	
A política dos EUA e os discursos de Bush	29
<i>Amado Luiz Cervo</i>	
Terrosismos e a nova ordem mundial	35
<i>Dom Tomás Balduino</i>	
A 'America`s new war` e o recrudescimento do velho estatismo	41
<i>Augusto de Franco</i>	
O Sentido da individualidade e o respeito à Diversidade	59
<i>Suzy Capó</i>	
Retaliação? o Brasil fica fora	65
<i>Paulo Sérgio Pinheiro</i>	
A diferença que um dia pode fazer	28
<i>Joanna Berkman</i>	
Abençoada Guerra	77
<i>Frei Betto</i>	
O terror e a nova ordem mundial	81
<i>Luís Nassif</i>	
O Depois da ira	85
<i>Cristovam Buarque</i>	
Não porque o diga Bin Laden	91
<i>Gema Martín Muñoz</i>	





A miséria do realismo político

Wellington Almeida¹

"Graças quero dar ao divino
Labirinto dos efeitos e das causas
Pela diversidade das criaturas
Que formam este singular universo"

Borges

¹Jornalista, cientista político e colaborador do INESC. walmeida@yawl.com.br





A pós a barbárie de 11 de setembro nos Estados Unidos, a maioria das análises sobre o cenário imediato e futuro no plano internacional se concentra em especulações sobre conseqüências da estratégia reativa do governo americano. É dada como certa uma série de ações contra governos que supostamente dão suporte e incentivam grupos terroristas anti-ocidentais, possivelmente começando por algum tipo de ataque mais intenso, em breve, contra o Afeganistão, mesmo sem a apresentação pública das provas "seguras" que as autoridades americanas dizem possuir e que já foram aceitas como válidas pela Otan. Mas isto deverá ser apenas o começo de um longo processo que vai mexer profundamente com vida política e a sociabilidade no planeta. A dimensão das perdas humanas e materiais e o impacto político-histórico dos atentados terroristas não permitem, no curto prazo, outro tipo de postura por parte do governo Bush, com apoio maciço da comunidade internacional.

Uma outra questão, porém, diz respeito à eficácia desta política de terra arrasada para "exterminar o terrorismo internacional", para não falar, por hora, em outras formas de terror, com origens internas, que também deixaram marcas recentes nos Estados Unidos e Europa. Âncoras da mídia, inclusive no Brasil, repetem que esta é a única linguagem que esses grupos conhecem e por isso devem ser combatidos com violência e sem piedade. Um tipo de violência plenamente justificada pelo raciocínio hegemônico do realismo político que orienta as decisões dos Estados Nacionais frente aos acontecimentos no terreno externo. Em síntese, esta teoria que domina os estudos de relações internacionais, entende como necessária a busca permanente de poder, desenvolvida a partir da Idade Moderna, no decorrer do processo de formação dos Estados Nacionais. Esse movimento, que se intensifica durante o Século 19, prepara as bases para a política de poder entre aqueles estados depois da Primeira Guerra Mundial, e, de maneira mais intensa, a partir dos anos 30 do século passado

Para o realismo, o sistema internacional é uma sociedade de estados que não conta com uma autoridade central capaz de arbitrar as disputas e distribuir de maneira eqüitativa os recursos disponíveis. Assim, cabe



a cada um defender e assegurar seus próprios interesses. Sendo o sistema anárquico, cada um só pode alcançar o que o seu poder permite. Este é o pacto possível, teoricamente sustentado por um tipo de leitura do estado da natureza hobbesiano da guerra de todos contra todos.

Por mais caricatural que pareça, é esse tipo de pensamento que prevalece. A constituição de instituições reguladoras - como as Nações Unidas e os chamados regimes internacionais, que procuram impor limites à ação dos estados e construir consensos setoriais - teve importância nas últimas décadas, mas não abalaram essa convicção. As idéias generosas do presidente americano Woodrow Wilson, após a Primeira Guerra Mundial, até tiveram certo apoio, mas não êxito. Suas teses, que ficaram conhecidas como ingênuas e idealistas, tinham como pressupostos a renúncia à guerra como instrumento de política externa e a substituição da estratégia de equilíbrio de poder pela busca de mecanismos de segurança coletiva e o estabelecimento de uma ordem internacional que seria garantida por instituições dotadas de força efetiva para essa tarefa. Exigia, ainda, a eliminação da diplomacia secreta em favor de acordos públicos. Como se sabe, esse sonho de uma paz perpétua nos moldes kantianos, que incorporava, inclusive, procedimentos de um direito universal e cosmopolita foi atropelado pelas disputas imperialistas. Os acontecimentos que levaram a uma nova guerra mundial e o conseqüente colapso da Liga das Nações restabeleceram com força o pensamento conservador realista.

A guerra fria, que garantiu o equilíbrio do terror recíproco, e as guerras quentes regionalizadas, que mataram milhões no século 20, fazem parte dessa "normalidade" realista. Assim, diante deste bombástico 11 de setembro, qualquer proposta generosa que negue a guerra como melhor saída além de idealista está condenada ao ridículo frente a esse pensamento. Mas o realismo é igualmente idealista, ridículo e ilusionista ao vender como possível uma nova e longa segurança para o "mundo civilizado" ocidental a partir de uma ação de força contra os "novos bárbaros". É no mínimo razoável acreditar que tal medida vá conferir aos grupos que utilizam o terror como arma política mais razão para continuar nesse caminho. Também é



incerto o resultado prático desse tipo de iniciativa, mesmo no curto prazo. Por mais prevenção que se crie, só mesmo um Estado policial pode impedir novos atentados e isso não tem nada a ver com democracia.

Desmontar o discurso político de alguns grupos terroristas, solucionando alguns conflitos regionais, não parece mais razoável? É, parece. Mas é visto como idealismo bobo por mais realista que seja. Será que o custo político e material, por exemplo, da remoção de colonos judeus de parte das terras ocupadas, estabelecendo fronteiras para a existência de um Estado palestino, assegurando também o Estado de Israel, custa mais do que as perdas já ocorridas e as futuras? Não, mas esta lógica não encontra terreno nesse pensamento.

É claro que isso não resolveria tudo, pois não é desprezível o fenômeno de expansão do sentimento anti-ocidental, que se utiliza também desses impasses políticos localizados, embora sejam totalmente exageradas as análises de conflito cultural aberto. Samuel Huntington cunhou a expressão "choque das civilizações" como parte de um suposto novo paradigma, para explicar a natureza dos conflitos pós-guerra fria, mas sua tese é apenas mais uma vertente do realismo que abastece os falcões do Pentágono. A arrogância etnocêntrica e lideranças medíocres como Bush, que falam em luta do Bem contra o Mal em pleno século 21, na fase mais radical do processo de globalização, que não tem como única face a expansão do capital financeiro, pois é também uma possibilidade de trocas em esferas não econômicas, ajudam a aumentar esse caldo. As especificidades culturais e históricas não são empecilhos para a construção de um diálogo multicultural e religioso. Todas as culturas possuem sentimento de dignidade humana. É a lógica realista do poder como único caminho para a convivência na comunidade internacional que impede o estabelecimento de um novo patamar mais propício à solução negociada e pacífica dos conflitos. Não é uma questão de "Ocidente" versus parte do "Oriente". Esta sim é uma idéia fora de lugar.



O resultado de tudo isso no curto prazo será o esvaziamento dos espaços internacionais de negociação. Nos últimos anos, uma série de eventos globais patrocinados pelas Nações Unidas permitiu grandes consensos conceituais, que contou com ativa participação de uma incipiente sociedade civil internacional, articulada em redes temáticas que tratam de assuntos diversos, como direitos humanos e meio ambiente, com seus respectivos desdobramentos em áreas como assentamentos humanos, segurança alimentar, clima, biodiversidade, racismo, entre outros. Nesses encontros, representantes de culturas diferentes conseguiram construir um diálogo respeitoso, que o realismo político, na prática despreza.

Essa esfera pública internacional que vinha disseminando "idéias-força" será, sem dúvida, contaminada pelas "idéias da força". Terá muitas dificuldades para construir um outro discurso para enfrentar a dor provocada pela tragédia do triste 11 de setembro. Mas, para que obtenha êxito na luta pela paz, terá que ser coerente com os princípios de uma democracia radical, sem concessão para nenhum lado que aponte a violência como alternativa de luta, mesmo quando estão bloqueados os canais políticos. Face à histórica intervenção e projeção de poder global por parte dos Estados Unidos, a partir da Primeira Guerra Mundial, com suas trágicas conseqüências, muitas pessoas lamentam os atentados, mas fazem ressalvas. Procuram explicar suas causas como resultado do que "eles plantaram". Um equívoco que precisa ser evitado. A crítica radical contra as relações assimétricas e excludentes em vigência no mundo passa pela afirmação da democracia, do debate público, da tolerância cultural e religiosa. Osama Bin Laden, Sadan Hussein ou seja lá quem for responsável por tais atentados, não têm nada a ver com esta agenda. Estão mais próximos do mal mais profundo e banal que nos fala Hannah Arendt.



E, no entanto, outro mundo é possível

Cândido Grzybowski ¹

¹ Sociólogo, diretor do Ibase





O espírito guerreiro e revanchista, como uma névoa preta, está querendo se impor sobre todos os seres humanos deste nosso já sofrido planeta. Ainda perplexos diante da surpresa e da radicalidade do ato terrorista que atingiu em cheio os EUA, assistimos meio impotentes à armação de uma gigantesca e criminoso ação terrorista do governo Bush em represália. Decididamente, assim não dá! Precisamos tomar a iniciativa se não queremos ser tragados exatamente por tudo aquilo que estamos combatendo. Ao terror globalizado precisamos dar uma resposta de cidadania globalizada no rumo da paz, com coragem e ousadia.

Afinal, até outro dia, antes do atentado a Nova York, era visível a franca expansão de um poderoso movimento de opinião em oposição aos processos, estruturas econômicas, poder e políticas da globalização econômico-financeira em curso. Na sua base, alianças, coalizões, redes e campanhas de movimentos e organizações das sociedades civis, com propostas e plataformas de ação cada vez mais globais. Como trincheira cidadã de resistência e afirmação, múltipla e diversa, diante do pensamento único neoliberal, dos mercados e corporações excludentes e concentradores, do poder e dos Estados subservientes, emergia a sociedade civil mundial. Com ela, um sentido novo de luta pela liberdade e dignidade humanas para todos, de igualdade na diversidade, de consciência da comum Humanidade e dos limites e possibilidades do Planeta que compartilhamos. Num ascendendo, o movimento de contestação da globalização parecia irresistível.

Pois bem, com a conjuntura que se abre com os atos terroristas, tudo parece perder o rumo. Como membros ativos da nascente sociedade civil e militante de um humanismo planetária fundado nos valores da liberdade, igualdade, diversidade, solidariedade e participação, precisamos com urgência rever e adaptar estratégias. A perplexidade inicial deve dar lugar à iniciativa.



Mais do que isto, temos uma responsabilidade histórica de afirmar, aqui e agora, o primado dos valores, da ética, dos direitos humanos e das leis diante da força bruta, assassina. Depois do fundamentalismo dos mercados, não podemos deixar-nos dominar pelo fundamentalismo e pela agenda dos guerreiros, sejam quem forem, terroristas ou Estados. A conjuntura não é fácil, mas é nela que precisamos demonstrar ousadia de idéias, generosidade na ação e grandeza de espírito cidadão e ético.

Uma agenda concreta se impõe para que a emergente sociedade civil planetária incida com todo o seu potencial democratizador de processos e, assim, contribua para que o mundo não seja presa fácil de uma pura lógica destrutiva do terror e da guerra:

1. Opor-se a todas as formas de terror e trabalhar pela paz - Não podemos titubear na condenação dos atos terroristas. Ao mesmo tempo, temos que ser intransigentes com o terrorismo de Estado, como o que vem armando o governo Bush. Não se trata de por na balança as atrocidades de uns e outros, pois ambos matam igualmente e brutalmente inocentes. Acima de tudo, precisamos ter posição clara de condenação e oposição a tais formas de ação que, além de atentatórias aos direitos humanos, só geram mais terror. Isto é uma condição para entender as suas causas e lutar contra o terror, na forma que for, pondo no centro os seres humanos na sua qualidade de cidadãos e cidadãs portadores de direitos. Construir a paz é transformar os conflitos em forças construtivas de sociedades democráticas, livres e justas, que dêem lugar ativo, equânime e solidário a todas as mulheres e homens, em sua diversidade de culturas, estilos, desejos e possibilidades. O convívio de opostos e diferentes, regido pela ética dos direitos humanos, é o que dá substractum às sociedades civis e é condição de um desenvolvimento humano democrático e sustentável, de um mundo de paz.



2. Praticar e fortalecer o internacionalismo solidário - A conjuntura é particularmente danosa a redes, alianças, coalizões e campanhas que se forjaram nos países do Norte desenvolvido contra a globalização neoliberal.

Na visão dos guerreiros, não há lugar para pacifistas, para os que clamam por justiça com base na lei, para todas e todos que se engajam na condenação de processos, estruturas e políticas que excluem e destõem. Mais, eles aproveitam o momento para atacar os portadores de projetos que defendem valores de igualdade e participação, respeitando e valorizando a diversidade que construímos como seres humanos. No momento, cabe a redes civis do Sul um protagonismo portador de valores universais. Não deixemos que se instaure, a nível da emergente sociedade civil planetária, uma ruptura entre Norte e Sul. Cabe a nós, abaixo do Equador e fora do epicentro em que opera a lógica do terror e da guerra, uma responsabilidade maior no sentido de juntar, aglutinar, condensar força política propositiva, construtiva de alternativas para o mundo. Devemos fazer isto cooperando e praticando a solidariedade com os movimentos, organizações, redes e coalizões do Norte, ao mesmo tempo em que fortalecemos o tecido organizativo e participativo no Sul.

3. Construir projetos de poder mundial radicalmente democráticos - Em face da crise do sistema multilateral existente e da opção isolacionista do governo Bush, o mundo corre o risco de perder a possibilidade de estabelecer um mínimo de regulação democrática das relações entre os povos. A hegemonia bruta de um Estado Nacional, como os EUA, ou do G7, todos fortes econômica e militarmente, só pode gerar mais exclusão, pobreza, concentração de riqueza e destruição ambiental, aguçando as causas geradoras do terror e da guerra. A emergente sociedade civil mundial se defronta aqui com um desafio de monta: ter ousadia e radicalidade para que sobre a economia e os mercados globalizados volte a se instaurar o primado do bem público e da democracia. Precisa-



mos ser muito inventivos nas propostas e demonstrar muita capacidade de pressão. Talvez, é chegada a hora de trabalhar firmemente no sentido de criar um movimento de opinião pública mundial favorável a instâncias multilaterais radicalmente democráticas, como um Parlamento Mundial democraticamente eleito como base da ONU, BM, FMI e OMC.

4. Valer-se da plataforma do Fórum Social Mundial - O Fórum Social Mundial, como encruzilhada de redes civis para pensar e propor alternativas, é uma iniciativa que pode catalizar e aglutinar as diferentes forças da emergente sociedade civil mundial, neste momento. A realização do segundo Fórum, em Porto Alegre, de 31 de janeiro a 5 de fevereiro de 2002, é uma oportunidade ímpar para recolocar as questões da sociedade civil no centro dos debates. Precisamos alimentar a esperança que um outro mundo é possível.

Tal idéia é a que atrai tanta gente para o Fórum. O eco que provoca na mídia pode ser um efetivo contraponto ao fundamentalismo econômico e ao espírito vingativo e guerreiro reinante. Pela sua visibilidade, o Fórum Social Mundial pode ajudar a reconstruir o sonho de justiça e liberdade, irradiando-se pelo mundo e animando muita gente a se engajar em iniciativas de cidadania e na pressão por mudanças de rumo nas políticas e processos que sustentam o atual estado de coisas. O importante é que o Fórum Social Mundial depende basicamente de nós, movimentos, organizações e redes civis, particularmente dos países pobres e em desenvolvimento do Sul. A hora exige de nós muita responsabilidade e coragem, mostrando que um outro mundo de paz é possível. Mais ainda, a paz se constrói construindo outro mundo. Mãos à obra antes que o terror e a guerra tornem a situação irreversível!



O que está em jogo

Iara Pietricovsky¹

Quero agradecer especialmente a Allan Madsen, além dos companheiros do Inesc Adriana Ramos, Maria Lúcia Jaime e Jair Barbosa Jr. pelos comentários que enriqueceram minhas idéias e reflexões.

¹ Antropóloga , Atriz e Assessora de Política Internacional do Inesc





Passado o estado de catatonia em que tantos de nós mergulhamos desde o fatídico dia 11 de setembro, permanece a perplexidade diante das repercussões do abominável ato terrorista que atingiu o World Trade Center, em Nova Iorque, e o Pentágono, em Washington. Foi, de fato, um duro golpe contra os cânones do capitalismo mundial, o poder econômico e o poder militar. Mas igualmente foi atingida a concepção ocidental de sociedade aberta e democrática, fundada nos direitos civis e na liberdade e responsabilidade individuais.

Foi dramática a nossa progressiva tomada de consciência: não se tratava de um trágico e espetacular acidente aéreo, mas de um ato terrorista. O fato começou a se delinear em nossas mentes pouco a pouco, quadro a quadro, na seqüência e na repetição das imagens na televisão. Como num videogame, veio a explosão da primeira torre; em seguida o segundo avião penetrou a torre vizinha.

Antes que pudéssemos nos recuperar do choque e processar os fatos em nosso cérebro, um terceiro avião atinge o Pentágono. Adicionalmente, a informação sobre o quarto aparelho destruído em pleno vôo na Filadélfia, depois da reação de seus passageiros. Todos os aviões estavam lotados de pessoas inocentes que, em desespero, buscaram suas famílias por meio de telefones celulares. Cenas de total terror vistas, ao vivo, em todo o mundo.

Em boa parte do mundo, seguiram-se o medo, a insegurança, a raiva, o sentimento de revolta, a vontade da retaliação imediata. Percorremos escalas sem fim de emoções e sentimentos disparatados diante da brutalidade da agressão - absolutamente insana, mas friamente calculada. Foi preciso tempo para que a poeira começasse a baixar, permitindo-nos aos poucos reencontrar nossos elos de humanidade e racionalidade.

Os fatos permanecem longe da nossa inteira compreensão. Muitas explicações vieram à tona, muitas interpretações, muitas análises. Cada uma tentando dar conta de um aspecto, de uma perspectiva, com aborda-



gens as mais diversas, mas sempre insuficientes frente a enormidade e profundidade do fato.

Penso que muito tempo de nossas vidas e de nossa história será gasto antes que cheguemos a um entendimento mais claro deste ataque, das suas dimensões e das novas questões e oportunidades que estão colocadas em jogo. Não podemos ficar imunes a tudo isso. Mais que nunca se torna urgente o engajamento no debate e a atuação efetiva em busca de soluções que revertam os danosos efeitos da guerra.

O conservadorismo norte-americano se ergueu com a rapidez e a grandiosidade exibidos nos filmes de Hollywood. Como se as imagens, em si, não fossem o bastante, a CNN impôs a adição de fundo musical e exortação à guerra em paralelo à conclamação por uma atitude solidária. De um lado, milhares de pessoas sofrendo, morrendo, chorando, o desespero instalado pelo terror. De outro, a solidariedade, a disciplina e a vontade de reconstrução, permeadas por apelos patrióticos e proclamações de superioridade da nação americana. Tudo ao som de God bless America. Esses excessos ufanistas sempre me confundem, de onde quer que venham.

Mas Quem comandou esta atrocidade? A ação terrorista partiu de um fundo do poço islâmico. E produziu, em nós, uma viagem virtual ao fundo do poço ocidental, até a parte mais obscura da nossa cultura ocidental, capitalista acima de tudo, libertária, impositiva e pautada nos valores judaico-cristãos.

O povo norte-americano, num primeiro momento, galvanizou-se em prol de uma imediata resposta bélica à ação terrorista. O presidente George W. Bush arrebatou a opinião pública ao proclamar que “esta guerra nós vamos vencer”. Como nunca, a causa parecia justa. O povo norte-americano fora ferido em seu poder, sua segurança e auto-estima.



Ao lado disso, fomos confrontados por imagens de palestinos comemorando o feito terrorista. De outros pontos do mundo brotou a percepção de que, em certa medida, os EUA estavam sendo vítimas de seus próprios atos e políticas frente ao mundo e, em especial, àquela região do planeta. Raciocínios binários pulularam.

Pessoas, em diferentes lugares do mundo, sentiram-se vingadas pela ação terrorista. Para elas, tratava-se de uma expedição punitiva contra as desigualdades sociais patrocinadas por um capitalismo financeiro sem freios e por políticas macroeconômicas impostas por países ricos e pelas instituições de Bretton Wodds, que têm nos EUA o seu principal mentor e líder financeiro.

Torrentes de e-mails circularam exibindo dados sobre contrastes sociais, contabilizando milhões de seres humanos mortos em decorrência de carências desumanas supostamente provocadas por dívidas externas, políticas do Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional.

São alegações tão fáceis quanto falaciosas. Somos presas frágeis do nosso maniqueísmo. Não se trata simplesmente de uma disputa entre o bem e o mal, entre opressor e oprimido.

Para a maioria dos seres humanos, abrem-se as cortinas para um novo universo étnico e cultural, imensamente mais complexo do que a gasta identidade árabe/palestina versus judeus faz supor. Um universo de insuspeitada diversidade e riqueza cultural, mas com um pano de fundo comum de fundamentalismo religioso e cegueira ideológica. Um palco de tragédias humanas ignoradas pelas potências ocidentais enquanto ocorriam em seus próprios bastidores. Tragédias que, quando não ignoradas, muitas vezes foram usadas pelo Ocidente para justificar o exercício da força em nome de princípios hegemônicos.

Ao entrar em contato com a cultura islâmica percebemos que ela traz seus “pecados” contra a concepção ocidental de liberdade e



direitos humanos². Há um evidente choque de culturas a ser mediado - e não eliminado por meio de guerra.

Com o passar do tempo, opiniões mais sensíveis começam a ser veiculadas pela mídia. Sentimentos radicais e obscurantistas abrem espaço para abordagens mais qualificadas e menos sectárias ou monolíticas. O mundo começa a se confrontar com uma enorme quantidade de novas informações sobre quem são os terroristas em questão. E mais que isso, foram abertas as comportas de informação para o Ocidente sobre a realidade do mundo islâmico, para além das questões relativas à disputa entre israelenses e palestinos. Um mundo intrincado e complexo, que faz brotar sentimentos de reverência e abominação.

O cidadão comum do mundo ocidental está sendo afogado por imagens e informações sobre atrocidades contra o ser humano que também são comuns no mundo islâmico. Milhares de crianças, homens e mulheres, sendo despojados de suas casas, seres famintos, errantes e despossuídos da sua própria terra. São aspectos decorrentes da estrutura de poder dos próprios países do mundo árabe e muçulmano e de suas políticas discriminatórias e fechadas, que tantas vezes foram insufladas pelos interesses e pela anuência das nações poderosas do Ocidente. Geraram pobreza, miséria e desigualdades sociais muito comuns em nosso mundo também -América Latina e África são exemplos.

No afã de entender o que estava acontecendo, passei a ler tudo o que encontrei sobre o tema. Meu sentimento maior, até o momento, é de

² Segundo o Dicionário de Aurélio Buarque de Holanda a palavra fundamentalismo se refere à ortodoxia de doutrinas religiosas e cita como exemplos em especial o islamismo e grupos protestantes dos EUA, depois da I Guerra Mundial, porque ambos enfatizam a interpretação literal das escrituras. No caso do Islamismo existe a “crença em que a revivescência do mundo islâmico virá apenas através da volta aos costumes tradicionais e à prática religiosa do antigo Islã, especialmente a volta a uma sociedade nos moldes da comunidade do séc. VII, estabelecida por Maomé em Medina, governada pela sharia (q. v.) e com o suporte, se necessário, do jihad (q. v.), e, sobretudo, dando ênfase à interpretação literal do Alcorão para a conservação da identidade cultural e como reação à ocidentalização do povo islâmico.”



medo. Medo decorrente da perda do sentido básico de segurança e da liberdade. O que faz com que seres humanos sejam terroristas? O que faz com que se arroguem o direito de matar milhares de pessoas inocentes sem razão clara? E mais que isto, medo de que os valores pelos quais lutamos por centenas de anos - direitos humanos e valores relacionados à liberdade e à democracia - estejam sendo colocados em cheque.

Salman Rushdie, em artigo publicado no jornal O Globo, em 3 de outubro (“Como derrotar os terroristas”), relatou uma preocupação que já havia expressado um ano antes, em texto onde dizia que: “viver nos piores cenários pintados pelos especialistas seria entregar de bandeja muitas de nossas liberdades aos invisíveis guerreiros-sombra do mundo secreto. Democracia requer visibilidade... e na luta entre a segurança e a liberdade devemos sempre errar ao lado da liberdade. No dia 11 de setembro, no entanto, o pior cenário se tornou realidade.”

Não há justificativa plausível para o ato de terror, não há razão ou sentimento que possam isentar terroristas de punição.

O que distingue estes dois mundos? O mundo ocidental, em seus princípios fundamentais, estabeleceu o conceito de direito à vida, acima de qualquer coisa. É nesta vida que temos que buscar a realização e a felicidade. Nenhum ser humano pode invocar para si o direito da vida ou da morte de outros seres humanos. Ao lado disso, está a noção de liberdade, liberdade de escolha e livre arbítrio.

O ato terrorista e suas conseqüências colocam algumas questões fundamentais sobre nossa existência, sobre os rumos do mundo ocidental e sobre os valores que estão em jogo. Não existem respostas únicas nem explicações fáceis. A realidade fica mais complexa a cada dia, o que deve fazer com que fuçamos da explicação fácil e simplista. O caso é mais sério do que nossa vã imaginação pode aventar.



O cientista político Sérgio Abranches³ lembra dois aspectos que considero importantes. São eles: “estamos diante de fenômenos complexos, multidimensionais, resultantes de um processo causal intrincado, de muitas causas. ...O segundo ponto, é que naquele evento não há um lado totalmente certo nem totalmente errado. A busca de mocinhos e bandidos pode acabar tomando por bandido quem não é e criando mocinhos de fãncaria.”

Um exemplo de resposta fácil é associar o ato terrorista às consequências das políticas macroeconômicas históricas adotadas pelos países hegemônicos e que vêm causando o acirramento da desigualdade social; ou às políticas invisíveis dos tempos de guerra fria, que levaram à implantação de ditaduras militares na América Latina, por exemplo. Nada disso justifica ou explica o ataque.

Não que a questão das desigualdades causadas pelo capitalismo internacional não seja importante. Elas merecem o nosso repúdio. Esta é uma luta que continua. O que não podemos perder são os conteúdos pelos quais lutamos e que incluem o fim das injustiças sociais. Estes conteúdos estão pautados em direitos, tolerância e justiça. Buscar nestes aspectos a explicação e a justificativa para o ato terrorista é tornar qualquer solução inviável, o que não contribui para o amadurecimento da democracia.

Qual será, então, o diagnóstico? O que está em jogo? Quais são as possíveis oportunidades que podem transformar esse terrível fato em fortalecimento dos direitos humanos e em novos paradigmas de sustentabilidade e equidade entre os seres humanos e os povos ?

O diagnóstico geral que os articulistas e especialistas vêm apontando é de um quadro econômico recessivo e de uma tendência à militarização das ações dos Estados fundadas nas premissas da necessidade de garantir segurança e exterminar o terrorismo. Existe uma forte crença de que haverá uma consolidação das teses mais conservadoras e a construção de alianças entre as nações pautadas mais pelo caráter militar do que político.

Está sendo construída uma aliança entre os EUA, União Européia, Rússia, Japão e China. Todos fazem parte do conjunto de países vítimas históricas do terrorismo que se propagou de forma eficiente e diversa pelo mundo. O perigo da militarização é o cerceamento das liberdades democrá-

³<http://abranches.no.com.br> - artigo do site NO.COM intitulado: “ História Instantânea” de 3 de outubro de 2001



ticas. O terrorismo pode ser o elemento que faltava para uma nova onda conservadora que passe a justificar medidas bélicas totalmente aleatórias.

O que está em jogo é a democracia, seus valores e os direitos construídos e consagrados dentro dela. O direito à diversidade, os direitos civis, os direitos dos povos indígenas, à diversidade religiosa, o direito das mulheres, das crianças e adolescentes, dos homossexuais, dos portadores de deficiência física e mental, o direito de ir e vir, de pensar e expressar idéias sem medo de ser mutilado ou assassinado.

No já mencionado artigo, Salman Rushdie mostra que o fundamentalismo islâmico está pautado na crença de que o mundo ocidental não tem valores ou, se os tem, são aqueles expressos pelos hambúrgueres, calças jeans, coca-cola, etc. Primeiro, é preciso ter claro que o mundo ocidental não se reduz aos EUA. Segundo, temos valores sim e eles se expressam com muita clareza nos direitos humanos, social, cultural, econômico e ambiental, consagrados em nossas constituições; nos sistemas políticos multipartidários, no sufrágio universal, no controle social sobre as ações governamentais - enfim, no Estado de Direito.

Mas, mesmo se consideramos os EUA, enquanto povo e não seu governo, não podemos deixar de reconhecer seu papel fundamental na conquista das liberdades e dos direitos humanos no mundo contemporâneo. Como diz Gerald Thomas, em artigo no Jornal do Brasil de 6 de outubro, “É a Idade Média que você quer?”, se referindo às declarações do poeta Chacal elogiosas ao ataque terrorista nos EUA: “Odiar os EUA é um direito legal de cada um. Acho uma pena, no caso desse recalcado poeta, que ele confunda os Estados Unidos governo, com os Estados Unidos que tudo conquistaram na área da modernidade e das causas sociais (gay liberation, a contracultura dos beatniks da qual o Chacal é filho, os hippies, o rock da rebeldia, a arte da rebeldia em geral, a women’s liberation, etc.). Da mesma forma, achar que todo o mundo islâmico se reduz aos Talibans ou a lideranças assassinas do tipo Osama Bin Laden é um erro imperdoável.

Não há dúvida de que estamos sendo levados a nos confrontar com nossas fragilidades e com nossa incompetência em dar soluções equânimes



para os problemas dos diversos povos da terra. O continente africano, a miséria que grassa pelos países da América Latina, Ásia - a lógica econômica que prevalece é rude, desumana e perpetuadora das desigualdades. A pobreza material e a marginalidade geram o ambiente favorável para que o fundamentalismo e a violência se desenvolvam. Daí para o terrorismo, um passo curto.

Temos que nos rever internamente, viajar por nossas entranhas e construir um outro mundo. Temos que refletir profundamente sobre nossas próprias misérias, sobre o aprofundamento da desigualdade no nosso mundo, que vem impondo condições sub-humanas a milhões de pessoas. Todos somos mocinhos e vilões. Mas como fazer com que o melhor de nossos sentimentos e racionalidades sejam os valores que orientem nossas relações?

Neste sentido, parece que a perplexidade e a tensão que vivemos hoje podem se transformar numa grande oportunidade para uma volta aos valores humanísticos em nossas decisões comerciais e econômicas. Que a diversidade seja respeitada e que cada cultura tenha acesso ao conhecimento e aos bens produzidos para o benefício da humanidade. Mas, que seja dada a liberdade para que cada povo traduza sua própria democracia. Essa equação é base para um novo mundo.

Segundo Jean-Christophe Cambadélis, em artigo escrito para o *Le Monde* de 2 de outubro, esta é uma oportunidade de trazer a política ao comando das relações entre os povos e indivíduos. É no âmbito da política que são fixados os valores e os sentidos morais e éticos. As soluções que deverão ser encontradas têm que estar fundadas em caminhos que respeitem os direitos, a liberdade. Os canais devem ser aqueles que promovam o debate exaustivo para a construção de consenso e ações pacíficas. Parece-me que em nossas estruturas a Organização das Nações Unidas (ONU) é a instância legítima para isso. Nunca, a busca por canais institucionais foram tão estratégicos e imprescindíveis como agora.

Creio, inclusive que a sociedade civil organizada, através das ONGs, dos movimentos sociais, dos sindicatos, dos partidos políticos, têm uma missão fundamental neste momento: fortalecer, na sua prática política, os princípios de liberdade e de democracia. Continuar em sua luta contra a desigualdade, contra o terrorismo, mas cada vez mais pautados na crença inabalável que o único caminho é o da equidade material, espiritual, de gênero, de raça, de religião, de orientação sexual, de culturas... Um mundo melhor, com certeza, é possível, e está ao alcance de nossas mãos. A tragédia do dia 11 adiantou a urgência de adotarmos os novos caminhos.



A política dos EUA e os discursos de Bush

Amado Luiz Cervo¹

¹Amado Luiz Cervo é professor titular de História das Relações Internacionais da UnB e editor da Revista Brasileira de Política Internacional

***Artigo publicado no Correio Brasiliense - 29 de setembro de 2001**





Tudo que o presidente George W. Bush tem dito até agora, independentemente do momento ou da emoção que pudesse estar sentindo, reflete uma posição pensada e preparada, que corresponde à política que os Estados Unidos pretendem aplicar no combate ao terrorismo. Bush tem procurado dar satisfação à opinião norte-americana que exige uma resposta de governo clara e rápida. Contudo, comporta-se com moderação. Não agrada a todos, especialmente aos assessores que desejam desde o início uma ação fulminante. Deve estar frustrando também boa parcela da opinião pública, que clama por vingança. Uma análise feita somente a partir do histórico discurso da quinta-feira passada revela firmeza e fragilidade ao mesmo tempo. Na percepção do presidente, o mundo fundiu-se com os Estados Unidos pela solidariedade. Ele referiu-se com emoção às manifestações de simpatia oriundas até mesmo de quem era considerado inimigo. Mas Bush deu a entender que os Estados Unidos se fundem com a liberdade e a civilização. Estados Unidos sob ataque, afirmou, significa liberdade sob ataque. Por isso o mundo é chamado à solidariedade da guerra que o presidente declara ao inimigo, o terrorismo.

O teor das palavras de Bush não difere em essência daquele que fundou historicamente a Guerra Fria, uma invenção pragmática norte-americana destinada a dar coesão ideológica à área de influência ocidental sob hegemonia dos EUA. As noções de civilização, liberdade, inimigo da humanidade são novamente evocadas. O inimigo, o terrorista, é oculto e inimigo da liberdade como era o comunista. O Estado inimigo era o Estado comunista, agora é o Estado que abriga ou dá apoio ao terrorista. A aliança se fundamenta na disposição de colaborar com a preservação dos valores e interesses dos Estados Unidos. A neutralidade é inconcebível. E a guerra a ser travada corresponde a uma longa campanha e não a operações circunscritas como aquelas conduzidas contra o Iraque ou em Kosovo.

Essas simplificações ideológicas fazem parte da cultura política



norte-americana. Destinam-se a manter firme o consenso interno e robustecer o patriotismo em momento de decisão estratégica. Mas Bush tem sido mais moderado do que foram os presidentes anticomunistas. Descarta a retaliação massiva e abre muito o ângulo da cooperação possível com outras nações. Propõe a utilização de meios diversos como a diplomacia, a pressão financeira, a legislação, os serviços de inteligência e as operações militares. Aniquilar as redes do terror é o objetivo final.

As fragilidades dos discursos de Bush brotam de sua força. Simplificações ideológicas, se arrancam a adesão do sentimento nacional norte-americano, despertam ceticismo alhures. Poucos acreditam, fora dos Estados Unidos, e fora da Grã-Bretanha, que está em jogo a liberdade, a civilização e a sobrevivência de cristãos, judeus e norte-americanos nos atentados terroristas recentes.

Estes atentados provocaram a unanimidade em torno da necessidade de combate às redes do terror, mas o consenso não se fará em torno da carga ideológica com que o presidente norte-americano reveste suas palavras. Os europeus estão se perguntando se convém falar em guerra. Brasileiros e argentinos que levaram a questão à esfera da Organização dos Estados Americanos (OEA) e Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (Tiar) se perguntam se houve um ato de guerra contra os Estados Unidos.

A fragilidade da política norte-americana de combate ao terrorismo não advém apenas das simplificações da cultura política vigente no país. Há fragilidades estratégicas. Duas podem ser deduzidas do célebre discurso de Bush no Congresso. Bush não é claro a tal respeito, mas deixa perceber que o terrorismo se combate com exércitos convencionais. A natureza das redes, os métodos e a infiltração fácil em todas as sociedades mostra, contudo, que o combate é da alçada dos serviços de inteligência. Uma



cooperação entre os serviços de inteligência de todos os países é o caminho da eficiência e da boa política.

A segunda fraqueza de Bush é mais grave. Em nenhum momento faz referência à ONU. Não propõe a cooperação dos Estados Unidos com a Organização do Tratado Atlântico Norte (Otan) ou outros países. Exige deles. Impõe a ideologia e as regras do combate. Como se os norte-americanos não fizessem parte da humanidade, estivessem acima dela e fossem diferentes dos outros cidadãos. Esse traço da cultura política norte-americana evidencia confusão entre valores e interesses próprios e valores e interesses da humanidade. Explica o desprezo por decisões multilaterais relativas a comércio, meio ambiente, clima, etc. quando contrariam qualquer interesse nacional.

Não envolver as Nações Unidas no combate ao terrorismo é o grande equívoco da política norte-americana. Com efeito, a ONU é o único órgão global com legitimidade e competência para se pronunciar, nesse momento, sobre uma questão que interessa a todos. Uma conferência das Nações Unidas sobre o terrorismo deveria substituir a política norte-americana quanto ao ordenamento estratégico, aos métodos, aos resultados, às sanções e às responsabilidades de cada país no combate ao terrorismo. Do contrário, a campanha proposta por Bush aos representantes da nação norte-americana correrá o risco de ser considerada uma campanha de interesse restrito dos Estados Unidos. Colherá por certo a cooperação de alguns países. Outros, entretanto, mostrarão indiferença e alguns não deixarão de manifestar hostilidade, especialmente os povos castigados pela pobreza induzida na era da globalização ou que têm outras matrizes étnicas e culturais. O grande equívoco do presidente Bush consiste, pois, em recuperar a ideologia e os métodos da época da Guerra Fria, quando o mundo não mais nela se encontra e quando tem diante de si um desafio que não pertence a um país ou bloco de países.





Terrorismos e a Nova Ordem Mundial

Dom Tomás Balduino¹

¹Bispo Emérito de Goiás e presidente da Comissão Pastoral da Terra





O dramático episódio que destruiu totalmente as torres gêmeas de Nova York, o rombo profundo no prédio do Pentágono e a medonha e imediata reação do governo dos Estados Unidos expõem para o mundo inteiro, da maneira mais clara e detalhada, três tipos de terrorismos.

Em primeiro lugar, o terrorismo imprevisível, praticado por autores anônimos, invisíveis e que, na busca de seus objetivos e movidos por ódio implacável, usam meios hediondos, sem lei, sem ética, fanáticos suicidas, cruéis e sanguinários. Terrorismo que dispõe de enormes recursos, utiliza a mais moderna tecnologia, planeja suas ações a longo prazo, mantidas no mais absoluto segredo.

Os co-autores que estão vivos, isto é, os que não foram incorporados aos aviões- bomba, embora caçados por toda a parte, não estariam orgulhosos com a surpreendente precisão dos golpes, articulados na desafiadora complexidade de variáveis sem número? Não estariam vibrando com a magnitude do espaço gratuito que ganharam na mídia internacional? Não estariam curtindo, finalmente, o dia a dia das conseqüências muito mais pesadas do que o impacto inicial, a saber, as buscas ansiosas e dolorosas dos restos mortais, bem como a custosíssima remoção dos escombros da apocalíptica devastação?

O outro terrorismo é o visível, oficial, estatal, imperial, legal, grandiloqüente, mobilizador dos fóruns internacionais e da mídia mundial na conquista da opinião pública para a execração do terrorismo acima e do parecer favorável e solidário com o Estado atingido e com as vítimas inocentes.

Em virtude do “direito” de guerra, utiliza vultuosos recursos, declarados ou não, com ou sem aval do Legislativo e à margem do Judiciário. Aciona táticas secretas, no mais das vezes aéreas, sujas e malvadas. Atua veloz e ininterruptamente, através da diplomacia entre os Estados aliados e da intervenção militar ou econômica entre os países hesitantes. Usa o suborno, a alta premiação por cabeça, a violação da privacidade, os encarceramentos e sobretudo as torturas e os assassinatos. A lei aqui é a da conveniência.



Depois dessa humilhação que feriu fundo o símbolo do gigantesco poderio econômico-militar norte-americano e desnudou os seus pés de barro, o terrorismo oficial passa a agir com autoritarismo mandão, arrogância e desprezo. Vai movido pelo instinto da vingança e pela sede de banho de sangue. Declara uma guerra insana a uns bodes expiatórios históricos, alguns deles antigos aliados e alunos bem treinados. E aproveita para fazer, diante do mundo inteiro, a obscena ostentação triunfalista do seu arsenal bélico.

E segue em frente, com absoluto desdém pela soberania das Nações dos outros, especialmente a dos pobres e dos famintos, e conta, muitas vezes, com a subserviência do aparato policial-militar dos países subalternos, como o Brasil, copiadores da intolerância da moda de hoje contra árabes e muçulmanos.

É este o terrorismo que o mundo já vem repudiando no holocausto dos judeus, perpetrado pelo governo de Hitler e no lançamento da bomba atômica sobre Hiroshima e Nagasaki. É esta a leitura que se faz dos 30 anos de política obstinadamente parcial dos Estados Unidos, no encarniçado conflito entre israelenses e palestinos, tornando-o cada vez mais distante da paz. São as quinhentas humilhantes intervenções dos mesmos Estados Unidos em algum país da América do Sul e Caribe desde 1882 até hoje. Aí se incluem os vários golpes de estado. Inclui-se também o castigo do vergonhoso bloqueio econômico infligido a Cuba desde 1961. Todo esse terrorismo é proclamado farisaicamente em nome da “liberdade, da “democracia”, da “civilização cristã” e até de “Deus”.

O terceiro terrorismo. Os analistas sociais consideram o modelo econômico neoliberal como o responsável pela atual situação de pobreza, miséria e exclusão de um bilhão de pessoas - um quinto da humanidade - e pela condenação à morte de milhões, vítimas da fome, causada pela concentração incrível de riqueza nas mãos de poucos, causada pela política de supremacia do mercado. O Fundo Monetário Internacional (FMI), que praticamente suplantou a Organização das Nações Unidas (ONU), tornou-se o grande articulador desta política equivocada, imperialista e perversa.

No áspero diálogo entre membros do Fórum Social Mundial de Porto Alegre, em janeiro deste ano, e os representantes dos oito países mais ricos do mundo, reunidos em Davos, caiu como uma bomba a acusação de



“assassinos” lançada àquela elite de servidores do ídolo Moloc, o deus Dinheiro, sacrificador de seres humanos.

Este é o terrorismo que mais mata hoje em dia no mundo. Mata homens e mulheres, mata também a “mãe Terra, irmã Água, preciosa e casta, o irmão vento, o ar e o tempo”, como cantava o seráfico Francisco de Assis. O mundo não perdoa Bush por ter se recusado a assinar o tratado de Kioto. E o fez por não renunciar ao lucro econômico das indústrias norte-americanas, mesmo que o Planeta sofra o catastrófico efeito estufa.

E a humanidade? Terá ela que ficar na total insegurança e à mercê da crueldade destes terrorismos? Da guerra intrinsecamente imoral, só se pode esperar o pior para o povo todo, sobretudo para os vencidos, mas, certamente, também para os vencedores. Portanto, nem império legal, hegemônico, policial e bélico, nem contra-império ilegal, clandestino, violento. Qual a saída, então?

É estranho que com tanta reflexão, até científica, sobre aquele episódio de horror, do dia 11 de setembro, e sobre as raivosas reações guerreiras, pouco ou nada se tenha falado da impreterível necessidade do estabelecimento da Sociedade Internacional do Direito e da Justiça e da Nova Ordem Mundial.

Cadê a ONU? O que ela tem dito a respeito da precipitada declaração desta 1ª guerra do século XXI? É verdade que ela foi mesmo obrigada a suspender a ação humanitária que vinha fazendo pelos famintos do Afeganistão?

Não teria chegado a hora de se rever a lamentável estrutura das Nações mais desunidas do que unidas na intolerável desigualdade do direito de voz e voto, neste tempo de universal reivindicação de liberdade e igualdade?

E o Tribunal de Haia? Ficou para sempre desmoralizado desde que o presidente Reagan escarneceu, com soberba, da sua condenação a uma ação criminosa do governo dele contra a Nicarágua?

Sabemos que a Segunda sessão do Fórum Social Mundial, prevista para janeiro de 2002, em Porto Alegre, deverá aprofundar o fecundo horizonte da nova Ordem mundial do Direito e da Justiça.

Oremos ao Espírito de Deus para que irrompa naquela belíssima multidão, proveniente dos quatro cantos da Terra, como um novo e esperançoso Pentecostes de vida, de alegria e de paz!





A 'America's new war' e o recrudescimento do velho estatismo

Augusto de Franco

Se a 'America's new war' se generalizar, haverá, certamente, um retrocesso no fortalecimento da Sociedade Civil e no processo de sua mundialização, bem como uma contração da esfera pública, sobretudo da emergente esfera pública não-estatal - a novidade mais importante desta passagem, que estamos vivendo, para o novo milênio, na transição da sociedade hierárquica para uma sociedade em rede.

¹Físico, conselheiro e membro do Comitê Executivo do Conselho da Comunidade Solidária





O mundo assistiu, atônito, à barbárie dos atentados terroristas ao World Trade Center e ao Pentágono.

Depois de tais episódios tenebrosos e da reação americana que ora se esboça, aumentam em muito as chances de um retrocesso civilizatório de grandes proporções.

Não me refiro, apenas, à uma generalização dos conflitos, com a eclosão de novos atentados terroristas e sim à falência da política. Aumenta a desesperança de realização de sonhos de futuros alternativos a partir das institucionalidades existentes e dos processos democráticos.

Os terroristas que atacaram os Estados Unidos - muito provavelmente sem terem a exata consciência do que faziam - abriram uma espécie de Caixa de Pandora. Acionando mecanismos macabros que estavam escondidos nos porões do inconsciente coletivo da sociedade de dominação, deixaram que o verdadeiro mal viesse à tona. Sim, porque o verdadeiro mal existe.

O RECURSO DA GUERRA É, EM SI, O MAL

Mas o verdadeiro mal não são as pouco mais de uma dezena de organizações terroristas sediadas no mundo árabe e adjacências, os muçulmanos xiitas e o regime dos aiatolás, o governo de Saddam ou de Kadafi, os republicanos irlandeses do IRA, os bascos do ETA ou os sérvios de Milosevic. O verdadeiro mal não é o “grande satã” americano do norte, nem Israel.

O verdadeiro mal é o uso sistemático da violência - na guerra terrorista e em qualquer outra forma de guerra - como modo de resolver conflitos. O verdadeiro mal é a instalação da guerra como estado normal do mundo. O verdadeiro mal é a banalização do mal de que falava Hannah Arendt.

Os democratas radicais, o somos enquanto não acreditamos que existam os bons, de um lado, e os maus, de outro. O mal não está deste ou daquele lado, o mal não está no lado, não é uma ‘questão de lado’; o mal está no modo, é uma ‘questão (essencialmente política) de modo’ de resol-



ver o conflito. O mal não se identifica com este ou aquele inimigo. “O recurso da guerra - este sim, como diz Andrew Schmoockler - é, em si, o mal” ¹.

Os Estados Unidos se declararam em guerra, uma declaração curiosa porquanto a guerra, por sua própria natureza, se declara sempre contra alguém, contra um sujeito determinado. Como, neste caso, o inimigo é difuso, declararam-se os Estados Unidos em “estado de guerra” contra o terrorismo e agora ameaçam abertamente, com promessas de retaliações, as outras nações do mundo que a eles não se aliarem nessa espécie de jihad anti-terrorista.

Ora, qualquer jihad já é, em si, um terror.

Blair, na primeira hora mais civilizado, conclamou as nações democráticas a se unirem contra o terrorismo. Tudo bem: os democratas estamos de acordo. Mas então vem um Bush e declara guerra. Não satisfeito, conclama o mundo todo ou quase todo à guerra. Para Bush e sua equipe conservadora, talvez não interesse tanto contra quem, exatamente, deverá ser feita essa guerra. Ouvindo as declarações das autoridades americanas a impressão que se tem é que o importante é a guerra, é estar em guerra, é o ‘estado de guerra’ e - o que elas não dizem e pouquíssima gente está percebendo - as novas relações do Estado em estado de guerra com o Mercado e a Sociedade Civil.

Com efeito, George W. Bush declarou em alto e bom som: “Peço paciência, porque o conflito não será curto. Peço ânimo, porque o conflito não será fácil. Peço força, porque o caminho da vitória pode ser longo”. Disse, claramente, que tipo de conflito será esse: uma guerra, um novo tipo de guerra, a ‘America’s new war’. Mas não disse, pelo menos até agora, não apenas contra quem, mas entre quem se exercerá a “nova guerra”.

A CONSTRUÇÃO DO INIMIGO

Fica difícil imaginar uma resposta guerreira particular contra o pobre e já destruído Afeganistão. Além de não fazer quase nenhuma diferen-

¹ Schmoockler, Andrew Bard (1990). “O reconhecimento de nossa cisão interior” in Zweig Connie & Abrams, Jeremiah (orgs.)(1991). “Ao Encontro da Sombra: o potencial oculto do lado escuro da natureza humana”, Cultrix, São Paulo, 1994; p. 202.



ça em termos reais - o Afeganistão não mudará muito sua topografia, mesmo sob um ataque nuclear focalizado em possíveis bases terroristas - o mais provável, dada a histórica ineficiência estratégico-militar americana, é que não se consiga capturar vivo nem Osama Bin Laden. Ademais, em termos de espetáculo, tal resposta seria tão pobre quanto seu alvo.

Fica difícil imaginar também uma guerra de destruição generalizada, contra o conjunto dos sete países considerados, por alguns ou todos os membros da equipe Bush, como inimigos dos Estados Unidos: Cuba, Irã, Iraque, Líbia, Coreia do Norte, Sudão e Síria. O mundo reprovava qualquer massacre indiscriminado das populações civis destes países.

Situação realmente difícil esta de ter que fabricar um estado de guerra mas não poder realizar qualquer tipo conhecido de guerra contra inimigos alvejáveis. Tais inimigos vêm sendo ansiosa e incessantemente reconstruídos desde o final da guerra fria. Porque para fabricar o estado de guerra, o inimigo é necessário. O fim da União Soviética não foi propriamente comemorado no Pentágono, nem entre aqueles que, a partir do governo Reagan, articulam o megalômano projeto “Guerra nas Estrelas”, hoje retomado, não por acaso, por Bush, na forma de um ineficaz “Escudo Anti-Mísseis”.

Já se tentou de tudo para cumprir esse desiderato da construção do inimigo: desde demonizar a sociedade civil mundial e suas ONGs ambientalistas e pacifistas (o que não “colou” muito), passando pelo narcotráfico, pelos indígenas de Chiapas e pelos raros grupos remanescentes da velha esquerda armada, até chegar ao terrorismo islâmico.

Agora, entretanto, achou-se um “bom inimigo”, quer dizer, aquele sobre o qual pode-se jogar a culpa por todos os males que nos afligem, a nós, os “do bem”; ou seja, encontrou-se, finalmente, aquele tipo de inimigo que pode ser identificado com o mal.

A GUERRA NÃO PODE VENCER O TERRORISMO

Por certo, o terrorismo como método de ação de grupos políticos ou político-religiosos deve mesmo ser abolido do mundo. Mas isso só será



possível se abolirmos também o terrorismo de Estado que se exerça por meio da realização de campanhas bélicas de punição e extermínio.

Pode-se vencer um grupo terrorista, aniquilá-lo. Mas não se pode vencer o terrorismo como quem vence uma disputa contra um grupo determinado se não se superar as razões da utilização de métodos terroristas. Na permanência dessas razões, outros grupos terroristas se formarão. E aí não adianta querer combater o terrorismo de grupos marginais com campanhas militares de punição e extermínio. Punições reproduzem mais comportamentos desviantes. Martírios reproduzem mais mártires. Vendettas alimentam a espiral da violência.

Quase todo o mundo civilizado sabe disso. Mas agora muitas pessoas parecem ter se esquecido de que sabem disso, ou por medo de uma retaliação americana ou, então, não querem se lembrar porque parecem se sentir culpadas se fizerem qualquer coisa além de demonstrar profunda revolta com os recentes atentados terroristas. Mas a justa manifestação de revolta e a enérgica condenação aos atentados nada têm a ver com a concessão de qualquer tipo de aval, ou mesmo complacência antecipada, para o exercício da vingança americana. Nosso sentimento de culpa por tudo de ruim que acontece no mundo (porque esse é o nosso mundo e de alguma forma muitos de nós nos sentimos responsáveis pelo que nele ocorre) não pode ser pretexto para a oferta antecipada de desculpa para algum ato bárbaro, violento, que mutila ou elimine vidas humanas, que venha a ser cometido por quem quer que seja a título de revanche.

Mas não é a guerra, nem a inteligência militar, tão exalçada agora - curiosamente, pois que foi o exemplo maior de incompetência nos eventos do WTC e do Pentágono - que poderão vencer o terrorismo: é a política e somente a política democrática.

Como percebeu William Pfaff, por mais que se invista em novos e sofisticados armamentos, em tecnologias avançadíssimas de defesa, em espionagem e em inteligência, nada disso adiantará grande coisa contra o terroris-



mo contemporâneo pois “não existe uma defesa efetiva contra ataque anônimo que faz uso do funcionamento normal de uma sociedade civil”². Pfaff está nos dizendo o que os especialistas em segurança deveriam estar fartos de saber: que não há nenhuma defesa completa e convincente contra ataques dessa natureza, que partem das funções regulares de uma sociedade.

A questão da manutenção das funções regulares de uma sociedade é muito mais séria do que geralmente se pensa em termos de segurança. Não é necessário guerra, nem mesmo um conjunto de ataques terroristas sincronizados para levar qualquer cidade ao colapso em poucas horas. Basta que as pessoas não façam hoje a mesma coisa que fizeram ontem. Basta que uma porção de pessoas relativamente pequena, ligada a determinados serviços essenciais, cruzem os braços. Ou basta que uma pessoa em cada prédio comece a aplicar pequenas ações de entupir ralos e provocar curtos-circuitos e outras “maldades” (pequenos terrorismos, digamos assim) que há algum tempo os serviços americanos de inteligência compilaram e divulgaram na forma de cartilhas, para sabotar regimes que consideravam hostis aos Estados Unidos.

O RECRUDESCIMENTO DO ESTATISMO

Pois bem. Em nome do combate ao terror, a conjuntura política mundial está sendo alterada de maneira drástica. Está aberta agora a possibilidade de reflorescimento de uma velha ideologia estatista conservadora, que apenas se prefigurava com a controvertida vitória eleitoral de Bush mas que, depois dos atentados terroristas aos Estados Unidos, reacenderam, no mundo inteiro, a perigosa chama da guerra, reintroduzindo a ideologia autocrática da ordem como fim da política, do poder vertical e do modo violento de solução de conflitos. Em outras palavras, a ascensão do estatismo de direita, da velha direita - que se imaginava declinante - aponta para uma derrota da política democrática ora em expansão e constitui uma ameaça para os que tomam a liberdade como fim da política.

² Pfaff, William (2001). “Três lições para os EUA”, El País, 14 de setembro de 2001.



Os eventos de Nova York e Washington, aprofundaram a crise política mundial de tal modo, que estamos em vias de assistir, em toda parte, a um recrudescimento do estatismo, com o surgimento de mais movimentos disruptivos que gerarão, cada vez mais, reações contra-liberais.

Mas o que é o estatismo. O estatismo não é o reconhecimento da necessidade do Estado e sim a afirmação da sua suficiência.

O estatismo é um estadocentrismo. É uma ideologia que confere ao Estado - e não à política exercitada pelos cidadãos - um papel de centralidade social determinante na condução das sociedades, confundindo estatal com público e, destarte, monopolizando e autocratizando a esfera pública, conferindo ao Estado a função de supremo regulador (supostamente imparcial) dos dilemas da ação coletiva e, portanto, dos conflitos sociais e, por último, atribuindo ao Estado a capacidade de ser o único e exclusivo protagonista das mudanças sociais - inclusive a capacidade de promover o desenvolvimento. Não é outro o motivo do leit motiv de todos os estatistas ser o controle. É preciso controlar, ordenar (quer dizer, impor uma ordem, a sua ordem), evitar o caos que pode surgir quando a situação escapa do controle.

Ora, a política democrática, pela sua própria natureza, escapa do controle. Não se pode saber, com segurança e de antemão, qual será o desfecho de um processo democrático; por exemplo, não se pode saber qual proposta em discussão será aprovada quando são muitas as propostas em confronto e quando tais propostas podem se combinar e se recombinar através de múltiplas alianças entre forças políticas que compõem um sistema complexo. O desespero dos estatistas é essa insegurança, essa incapacidade de prever o desfecho, essa possibilidade de um futuro aberto, que crie novas realidades e não apenas repita passado.

Por causa disso, crêem os estatistas, torna-se imperativo exercer o máximo controle possível para alcançar o máximo de previsibilidade possível.



Para o estatismo a Sociedade Civil ou não existe ou é um epifenômeno, uma esfera sem autonomia, um lugar para o Estado exercer o seu domínio, para elites sacerdotais, burocráticas ou tecnocráticas, que estão no seu comando, poderem experimentar processos de condução dos destinos das coletividades humanas a partir de seus saberes e, não raro, de seus preconceitos.

Ao invés de proporem o controle social do Estado, os estatistas estão preocupados realmente em como controlar a sociedade, sobretudo a política democrática praticada pelos atores sociais que emergem na cena política por fora das velhas instituições, constituindo-se como novos atores políticos. Esta é a razão dos estatistas não se darem muito bem com os novos movimentos sociais aos quais não controlam, como os movimentos feministas, ambientalistas e comunitários ou de desenvolvimento local e as organizações não-governamentais e redes que os articulam.

Nas suas versões extremadas, a ideologia estatista, sobretudo de direita, da velha direita, reduz os problemas de governabilidade a problemas de capacidade de exercer, de fato e não apenas de direito, a partir de estruturas centralizadas e hierárquico-verticais, o monopólio da violência. Parte da equipe de George Bush é um exemplo vivo disso, se bem que ali também possa haver uma aliança estratégica com atores privados, empresariais, para tentar reerguer o velho complexo industrial-militar e dinamizar economicamente a indústria da guerra, que vive sob o temor da bancarrota desde o final da guerra fria.

Os democratas devem se preocupar realmente com esse estatismo de direita, que agora recrudescer, como reação ao terrorismo. A esquerda também deve, com mais razão ainda, ficar muito preocupada. Ao eleger o neoliberalismo da nova direita como inimigo principal, a esquerda, mais uma vez, parece ter se enganado, repetindo, mutatis mutandis, o sério erro de avaliação que cometeu no passado, quando imaginou que a social-democracia e não o fascismo (uma clássica forma de estatismo de direita recrudescido), era o inimigo principal. Mas a fluida ideologia neoliberal



não poderá fazer tanto mal para a humanidade quanto uma velha direita que - sob o pretexto de estar combatendo grupos terroristas - controle aparatos estatais de grandes impérios, policiando o mundo ou transformando-o em um mega-Estado-policial, quer dizer, num mega-Estado de terror.

O CLIMA DE TERROR

Porque o terror é isso. O terror é o pavor de ser invadido, o viver sob a apreensão de que um ataque que atente contra a nossa integridade física ou psicológica, viole nossa intimidade ou altere nosso modo de vida, possa vir de qualquer lugar, de que o inimigo pode estar no assento ao lado da aeronave ou do ônibus ou do teatro. O terror é o medo do outro.

O terror é um clima, não é um evento. Os atentados terroristas são eventos que visam criar e difundir, pela publicidade, esse clima de terror.

Mas esse clima de terror não é gerado apenas por atentados cometidos por grupos marginais. As reiteradas promessas de vingança de Bush estão espalhando o terror sobre as cabeças de bilhões de habitantes do planeta, em todos os continentes. Estão irradiando medo, difundindo o medo do outro, do desigual, do diferente.

A guerra é, per se, um terror. Mas a ameaça da guerra, feita pelo maior aparato estatal-militar do mundo, também cria um clima de terror.

A 'America's new war', se bem sucedida - ou seja, se conseguir instaurar qualquer coisa como um "State of World's new war" - será a maior operação de retomada do estadocentrismo, jamais tentada na história recente, depois do stalinismo e do nazismo.

É preciso, portanto, analisar agora como um Estado de guerra generalizado afeta o padrão de relação Estado-sociedade, que vinha se modificando velozmente e, ao meu ver, positivamente, a partir dos anos noventa do século XX.



AS MUDANÇAS INTRODUZIDAS PELA GUERRA NO PADRÃO DE RELAÇÃO ESTADO-SOCIEDADE

Tudo começa com a questão da estabilidade desse sistema complexo que chamamos de sociedade. As funções regulares de uma sociedade não são mantidas por nenhum aparato de vigilância privada ou pela polícia e pelos órgãos de segurança pública. Elas são mantidas pela tendência à conservação que é característica dos sistemas complexos estáveis compostos por agentes, como o são as sociedades humanas. Elas são reproduzidas por força da nossa capacidade de repetição de passado, para a qual fomos treinados pela educação familiar, escolar, religiosa, militar ou cívica. Se todas as pessoas resolvessem inovar ou mesmo se, de repente, uma reduzida parcela de pessoas resolvesse introduzir mudanças significativas no seu comportamento privado e nas suas atividades sociais, poderia ser o caos.

Para reduzir a possibilidade de que tais coisas venham a ocorrer, num estado de guerra, restringem-se as liberdades civis e aumenta-se a vigilância, estimula-se a delação, concede-se licença para matar suspeitos, criam-se ícones de bem e mal para tentar cavar sulcos no imaginário social fazendo o trânsito dos pensamentos e das ações coletivas por eles escoar. E, sobretudo, infunde-se o medo.

O problema maior da guerra, que nem todo mundo percebe, é que ela não é travada somente contra o inimigo externo. A guerra é um modo de estar no mundo, uma maneira particular de urdir ordem pervertendo a humanidade do homem. Toda guerra é “feita” também para dentro e muda necessariamente as relações internas entre pessoas, grupos sociais e instituições. Toda guerra é uma guerra civil porque ataca aquilo que Tocqueville chamava de “governo civil”.

Assim, quando um Estado se declara em guerra, são introduzidas alterações importantes no seu padrão de relação com a sociedade. Uma parte das atividades sociais, que a sociedade realiza por suas próprias ra-



zões, são submetidas às razões do Estado. Não me refiro apenas à restrição ou à supressão das liberdades civis básicas. Me refiro ao protagonismo dos cidadãos, à sua capacidade de tomar iniciativas, alavancar recursos e assumir responsabilidades, quer dizer, me refiro, precisamente, àquilo que Alexis de Tocqueville observou - vejam só! - na América, em meados do século XIX: ou seja, ao auto-governo, ao que ele chamava de “governo civil” e ao que hoje nós chamamos de capital social. O Estado de guerra introduz mudanças no padrão de relação entre Estado e sociedade que desencadeiam uma dilapidação acelerada do capital social acumulado.

Ao exacerbar o estadocentrismo, quer dizer, ao impor a racionalidade do Estado na Sociedade Civil, o estado de guerra se constitui como o grande exterminador do capital social. Com o estado de guerra passa a prevalecer a “lógica” do mainframe no lugar da “lógica” da rede, as conexões entre pessoas e grupos necessariamente se verticalizam, se compartimentalizam e o universo psicosocial passa a ser polarizado por um único projeto que decorre de uma única razão: a razão de Estado, que passa, entre outras coisas, a controlar os espaços de fluxo das informações. Da mesma forma, com o estado de guerra, as regras do jogo democrático e os processos democratizantes são atropelados pela prevalente atuação de enclaves autocráticos, com a concessão de poderes especiais ao executivo, com a instalação, às vezes, de tribunais de exceção e, sempre, com a privilegiamento da relação comando-execução. A política é degenerada como arte da guerra, como ciência do estrategista, como esfera das relações amigo versus inimigo, como teatro das operações do ‘nós contra os outros’. Enfim, abole-se ou restringe-se o necessário espaço de liberdade para o exercício da política e a policy passa a ser pautada pela necessidade cada vez maior de obtenção de ordem, hierarquia, disciplina e obediência - sacrifícios da liberdade exigidos pelo Leviatã.

Pode-se dizer que ontem era pior e que hoje as coisas estão mais civilizadas, porque existe a vigilância da imprensa, porque temos a Internet, porque o grau de accountability é muito maior. Não sei. Ontem como hoje,



no estado de guerra, o governo torna-se mais opaco aos cidadãos e procedimentos que deveriam ser públicos passam a ser envoltos em segredo por motivos de segurança nacional.

No comando do novo Leviatã eletrônico, sentadinho lá na sua “sala de guerra” computadorizada, pode estar, entretanto, um psicopata, um bandido ou apenas um cretino. Os Estados, monárquicos ou republicanos, não têm qualquer proteção contra isso. Já assistimos incontáveis vezes na história moderna: de Stalin a Milosevic, passando até por dirigentes eleitos de grandes nações ocidentais do mundo democrático, como Hitler ou Mussolini - todos genocidas ou etnocidas - por facínoras e canibais como Idi Amin, por torturadores como Pinochet, por delinqüentes e malfeitores como Noriega, por golpistas e terroristas, como Saddam e os milicianos talibãs... a lista é imensa e não se tem, repito, qualquer proteção contra isso, nem nas autocracias, nem nas democracias. Nas democracias, porém, há um jogo delicado de contrapesos de poderes relativamente independentes, de situação e oposição, de liberdade de informação e comunicação, que compensa e muitas vezes corrige insanidades deste ou daquele ator, evitando catástrofes de maiores proporções. Aliás, este é um dos motivos da democracia ser preferível à autocracia. O problema é que, em estado de guerra, as democracias não funcionam exatamente como tal.

Pois bem. Se a ‘America’s new war’ se generalizar, haverá, certamente, um retrocesso no fortalecimento da Sociedade Civil e no processo de sua mundialização, bem como uma contração da esfera pública, sobretudo da emergente esfera pública não-estatal - a novidade mais importante desta passagem, que estamos vivendo, para o novo milênio, na transição para uma sociedade em rede, para uma era global da informação e do conhecimento.

Pode-se dizer que o estado de guerra ataca a globalização e a ataca precisamente naquilo que ela tem de bom: a dissolução progressiva das fronteiras nacionais e culturais, a conformação de uma cidadania plane-



tária, a universalização de idéias-valores humanizantes, a celebração de pactos mundiais em torno dos direitos humanos, da conservação dos recursos naturais e contra a proliferação de instrumentos de destruição e de violência, como as armas automáticas - coisas que, significativamente, Bush já vinha atacando sem precisar de terrorismo algum.

Tudo o que avançamos em termos de uma nova concepção de desenvolvimento - um desenvolvimento humano e social sustentável - encontra-se agora sob ameaça de retrocesso. A idéia de que desenvolvimento envolve capacidade de inovação, de fazer parcerias, de criar ambientes favoráveis à sinergia e de aproveitar as inusitadas potencialidades da simbiose - todos esses novos conceitos-chave da mudança de uma velha idéia de crescimento para uma nova concepção de desenvolvimento, estão agora ameaçados. Perversamente, o velho crescimento pode até vir a ocorrer daqui para a frente, em função de uma dinamização da indústria da guerra e de um aumento da produtividade do trabalho por força de uma coesão social incentivada pela guerra.

A REJEIÇÃO DA SOLUÇÃO POLÍTICA

Sem dúvida o momento é grave, muito grave. Talvez o mais grave de toda história recente. E é grave porquanto uma solução política está sendo rejeitada.

Objetivamente, sabemos que os conflitos atuais têm solução e que essa solução passa necessariamente pela política. O fulcro dos eventos em tela está no Oriente Médio, na luta entre palestinos e israelenses e na posição irresponsável assumida pelos Estados Unidos diante dessa luta, aliando-se abertamente a um dos lados em disputa ao invés de assumir uma posição imparcial e fazer um esforço realmente sério de promover a paz - o que, nas circunstâncias do mundo presente, passa pela criação, amplamente negociada e cooperativamente pactuada, de um Estado palestino.

Pelo papel hegemônico que cumprem, se quiserem realmente acabar com o terrorismo, os Estados Unidos deveriam fazer isso, tanto no Oriente



Médio quanto na Irlanda do Norte, no País Basco e em todos os lugares onde profundos ressentimentos historicamente acumulados geram respostas irracionais como as que assistimos em Nova York e Washington.

O momento é grave porque o governo americano parece não vislumbrar tal solução. Não dá mostras de querer fazer política, muito menos política democrática. A julgar pelas suas declarações, parece querer a guerra mesmo.

O momento é particularmente grave, além de tudo, porque os demais governos do mundo ocidental, por mais bem intencionados que sejam, não podem fazer muita coisa, pelo menos por enquanto. Diante dos contrangimentos impostos pela “lógica” autocrática da política externa e pela correlação de forças no plano internacional, atuando na salvaguarda dos interesses de seus países, nenhum governante do ocidente poderia se colocar, em nome da paz, frontalmente contra as tenebrosas medidas ensaiadas pelos Estados Unidos.

Neste momento só a Sociedade Civil mundial pode reagir. Aliás, neste momento, as Sociedades Civas de todos os países são obrigadas a reagir, se não por motivos ético-políticos - em nome da liberdade e em defesa da democracia - antes de tudo em prol de sua própria sobrevivência ameaçada com a possível generalização da ‘America’s new war’. Se não reagir, a Sociedade Civil estará condenada à uma condição de permanente minoridade política.

NETWORKING PELA PAZ

E a única reação possível da Sociedade Civil é articular um grande movimento pela paz. Um movimento local, capilar, nas escolas, nas igrejas, nos bairros, distritos e municípios. Em cada um desses lugares é preciso argumentar contra a guerra, desvelar as suas motivações anti-humanas, exemplificar com seus horrores. Mas é preciso também um movimento global, que se divulgue pela mídia tradicional, pelo correio eletrônico e pela Internet (que agora serão policiados até onde isso for possível) e pelas nascentes redes “P2P” (de vez que os grandes provedores, como a AOL, por



exemplo, estarão cada vez mais controlados). É hora, pois, de inventar novos softwares que permitam rápida comunicação horizontal imune aos controles centralizados. É hora de networking, de fazer redes, cada vez mais redes, redes dentro de redes até tornar obsoletos os mainframes. Até que a prevalência das velhas 'razões de Estado' seja contrabalançada pela emergência de novas 'razões de Sociedade'.

O objetivo desse movimento é colocar a paz na agenda política do mundo. É dizer que existem coisas em relação às quais não podemos mais retroceder. Existem valores, que estão se universalizando, em relação aos quais não podemos admitir qualquer retrocesso. A liberdade e a democracia não podem ser sacrificadas, substituídas pela ordem e pela autocracia mesmo quando isso seja feito em nome da liberdade e da democracia. É preciso desmascarar tal ardil: não se pode defender a democracia restringindo a democracia; a democracia é meio e fim, quer dizer, só se alcança democracia praticando democracia.

A paz não pode ser usada para justificar a guerra. "Se queres a paz, prepara-te para a guerra", está escrito nos quartéis. Está errado. "Se queres a paz, prepara-te para a paz" - este sim deve ser o lema dos democratas.

Já se disse que existe o verbo 'guerrear' mas não existe o verbo 'pazear'. É verdade. Mas o problema não é a falta da palavra: o problema é a falta do conceito. Como escreveu o biólogo chileno Humberto Maturana, "a guerra não acontece, a fazemos"⁵. Agora poder-se-ia dizer, diante da ameaça de guerra, que a paz também não acontece: a fazemos.

Mas 'o que fazer?' para fazer a paz tem que ser agora um novo que-fazer.

É hora de nossos novos líderes espirituais se conectarem em rede para reafirmar: (a) o que não queremos mais; e (b) o que queremos daqui para a frente.

⁵ Maturana, Humberto (1985a). "Biología del fenómeno social" in Maturana, Humberto (1985). "Desde la Biología a la Psicología", Editorial Universitária, Tercera Edición, Santiago de Chile, 1996.



O que não queremos mais? Não queremos mais a estratégia “olho por olho”. “Olho por olho” fez Kosovo, fez a Chechênia, fez a Macedônia e faz, hoje, o belicismo israelense atacar e ser atacado, ser atacado e retaliar, retaliar, retaliar numa escalada insana e sem fim. É preciso relembrar que isso nada tem a ver com o que disseram - e fizeram - líderes espirituais de vários matizes, como Jesus de Nazaré, Francisco de Assis, Mahatma Gandhi, Albert Schweitzer ou Martin Luther King.

Não queremos mais que o mundo seja dividido em lados: o lado da ordem (do bem, da vida, do belo, da luz, da sabedoria, do verdadeiro, do justo e do perfeito) e o lado do caos (do mal, da morte, da feiura, das trevas, da ignorância, do falso, do injusto e do imperfeito). Não queremos mais ser manipulados por essa visão dicotômica, e radicalmente anti-democrática. Recitemos Solzhenitsyn: “- Ah, se fosse assim tão simples! Se houvesse pessoas más em um lugar, insidiosamente cometendo más ações, e se nos bastasse separá-las do resto de nós e destruí-las. Mas a linha que divide o bem do mal atravessa o coração de todo ser humano. E quem se disporia a destruir uma parte do seu próprio coração?”

É preciso ver, todavia, que nossos novos líderes espirituais não são mais, necessariamente, os tradicionais líderes políticos nacionalistas ou religiosos. São aqueles que - como Tenzin Giatso - se reconhecem como humanos, comprometidos com a realização da humanidade ou com a humanização do mundo, antes de serem tibetanos, americanos, palestinos ou israelenses e antes de serem budistas, cristãos, muçulmanos ou judeus.

Nossos novos líderes espirituais devem ser líderes éticos, que ajam a partir de uma ética de solidariedade, porque solidariedade planetária é o novo nome da espiritualidade.

Aqueles que se sentem responsáveis, que sabem que todos somos responsáveis por tudo; aqueles que tentam viver de acordo com o objetivo; aqueles que sabem que os meios devem ser tão dignos quanto os fins



e que agem em conformidade com isso; aqueles que não deixam as coisas fundamentais para depois porque sabem que o que não for feito aqui-e-agora não cria um outro estado do mundo; todos aqueles que são todos estes seres humanos iguais a nós e com os quais convivemos - que podem ser exatamente como eu sou e como você é - são os líderes espirituais de que o mundo precisa hoje. Ou seja, o mundo precisa de todos nós.

Então todos nós, assumindo nosso papel de liderança espiritual, devemos dizer que não aceitamos mais a guerra. Porque estar em guerra é, simultaneamente, colocar a vida em risco e atentar contra a vida alheia, restringir a própria liberdade e ameaçar a liberdade do outro, sofrer e infligir sofrimentos aos semelhantes. Não é uma coisa muito inteligente, convenhamos. Pior do que isso, porém: é a coisa mais anti-ética que se pode fazer.

Igualmente devemos dizer, em todos os lugares e em todas as ocasiões, o que queremos daqui para a frente. Queremos que as idéias-valores fundamentais continuem se universalizando. A lista de nossas exigências éticas não é grande. As idéias-valores que estão se universalizando no planeta são apenas algumas poucas e seminais idéias humanizantes, não mais do que três: (i) não atentar contra a vida; (ii) não restringir a liberdade; e (iii) não infligir deliberadamente sofrimentos aos semelhantes. Bastaria isso para salvar o mundo, mas talvez alguém possa dizer que seria pedir demais, porque seria querer salvar o mundo de nós mesmos.

Os democratas, entretanto, não podemos nos conformar com isso.



O Sentido da Individualidade e o Respeito à Diversidade

Suzy Capó ¹

¹ Jornalista





Na tarde seguinte ao maior atentado terrorista da história, o reverendo Jerry Falwell esteve no programa “The 700 Club” apresentado por uma personalidade do circuito fundamentalista cristão, o tele-evangelista Pat Robertson. Convidado por Robertson a comentar a tragédia, Falwell meteu os pés pelas mãos, creditando a gays, lésbicas, defensores do aborto e ao American Civil Liberties Union (ACLU) uma parcela de culpa pelo terror instalado nos EUA.

Repreendido pela Casa Branca, Falwell voltou à televisão, desta vez como convidado do programa Good Morning America, para fazer seu pedido oficial de desculpas aos grupos mencionados durante o programa. Mas a idéia de que os valores da sociedade americana seriam decadentes e deveriam ser revistos para evitar novas tragédias já havia sido disseminada, como um mau presságio da ordem sociocultural que está se estabelecendo nos EUA, três semanas após o ataque.

Como uma primeira reação ao choque, boa parte dos americanos se voltou para a espiritualidade, numa tentativa de estabelecer o que realmente vale a pena na vida que, da noite para o dia, tornou-se vulnerável a ações terroristas. Essa tendência foi evidenciada não só nos serviços religiosos realizados em todo o país, mas também no silêncio que se fez nos dias que sucederam o ataque em torno das mundanidades.

De uma hora para outra, não havia mais show business e ninguém parecia muito preocupado com isso. Foram adiados eventos bastante aguardados pelo público, tal como a cerimônia de entrega do Emmy Awards, e por mais de uma semana não se comentou a vida particular das estrelas. Colunistas sociais como Liz Smith, do “New York Post” deixaram de publicar suas colunas por um ou dois dias.

Amy Reiter, que assina a coluna “Nothing Personal” da revista eletrônica Salon, fez inclusive uma pesquisa entre seus leitores para saber como eles se sentiam lendo fofocas e comentários maldosos dias depois dos acontecimentos de 11 de setembro. A resposta dos leitores, o primeiro material publicado na coluna depois dos atentados, dá uma pálida idéia



do impacto da tragédia na vida dos americanos. Enquanto alguns imploravam por um pouco de humor para aplacar o sofrimento, outros se diziam desconfortáveis com a idéia de dedicar tempo e energia com frivolidades quando o país estava de luto.

A essas alturas começou a ficar claro que não somente fofocas poderiam ofender a sensibilidade do público, mas também determinadas canções, vídeos e programas humorísticos. Uma semana após os atentados, a maior rede de emissoras de rádio AM e FM, Clear Channel Radio, soltou uma lista de 150 músicas consideradas problemáticas, que deveriam ser evitadas durante algum tempo. A rede não divulgou os critérios adotados para a elaboração da lista, mas a julgar pelos títulos foram incluídas canções dos mais variados estilos com referências a viagens de avião (“Leavin’ on a Jet Plane”, de Peter, Paul & Mary), à morte (“Stairway to Heaven”, do Led Zeppelin), à paz (“Imagine”, John Lennon), aos árabes (“Walk Like an Egyptian”, do The Bangles) ou a explosões (“TNT”, do AC/DC).

Enquanto isso, a onda patriótica que coloriu a América de azul, vermelho e branco ganhava trilha sonora com o relançamento do hino americano cantado por Whitney Houston ou tocado por Jimi Hendrix, e a gravação do hit dos anos 70 “We are Family” por uma constelação de artistas que não se juntavam por nada no mundo desde a década de 80, quando a fome na África motivou o lançamento de “We are the World”.

Até então os sentimentos patrióticos e o espírito de solidariedade que unia americanos de diferentes etnias, religiões, classes sociais e orientação sexual pareciam ser uma forma de sobreviver ao assalto moral, além de ser essencial na prestação de auxílio às vítimas dos atentados e seus familiares. Mesmo a preocupação com os novos sentidos de palavras e imagens veiculadas pela cultura popular parecia mais respeitosa que histórica.

Quando esses sentimentos começaram a querer obedecer uma voz de comando, tornou-se mais evidente que a guerra pela liberdade duradoura, como quer o nome da operação militar deflagrada por George W. Bush, implicará na supressão de valores democráticos.



Não que essa possibilidade tenha sido ignorada. Desde o início intelectuais humanistas, representantes de minorias, organizações de defesa dos direitos humanos, entre outros grupos, alertaram para os perigos de uma guerra contra um inimigo invisível, não só pelo seu potencial de violência e destruição generalizadas como também pelas restrições que ela poderia impor às liberdades civis.

O próprio governo falou abertamente, com o aval do Congresso, em limitar o alcance de liberdades civis dos cidadãos para combater o terrorismo dentro do próprio território americano, preço que a maioria se mostrava disposta a pagar.

“Estamos num mundo novo”, disse o deputado Richard Gephardt, líder democrata na Câmara. “Temos de reequilibrar a liberdade e a segurança. Não aboliremos as liberdades civis da população, mas não teremos a abertura e a liberdade que tínhamos.”

Três semanas após o ataque, no entanto, as limitações impostas na tentativa de dismantelar a máquina do terror e garantir a segurança dos norte-americanos chegaram a um patamar vergonhoso no que se refere à liberdade de expressão, não em respeito ao sofrimento alheio, mas para garantir que todos pensem da mesma forma e caminhem na mesma direção - apontada pelo presidente Bush, evidentemente.

A intenção de controlar a opinião pública, muito além do que parece razoável em situações como esta, foi anunciada pelo porta-voz da Casa Branca, Air Fleischer, pouco após a polêmica causada pelo apresentador do programa “Politically Incorrect”, Bill Maher, que afirmou ser uma covardia atirar mísseis a uma distância de quatro mil quilômetros.

“Os americanos devem prestar atenção ao que dizem, prestar atenção ao que fazem”, disse Fleischer, em tom familiar aos leitores de George Orwell. “Este não é o momento para observações como essa, nunca é.”

Com poucas exceções, os principais veículos de comunicação do país não se opuseram às restrições, ouvindo calados o Secretário de Defesa Donald



Rumsfeld afirmar que uma boa parte da operação seria conduzida em segredo. Por amor à pátria, também baniram, na medida do possível, críticas à forma como o presidente Bush vem administrando a crise. E para não deixar qualquer dúvida quanto a sua legitimidade no poder, um consórcio formado pelo New York Times, Washington Post, Wall Street Journal e CNN decidiu adiar, por tempo indeterminado, a divulgação de uma análise das 200 mil cédulas que causaram um tremendo impasse nas eleições presidenciais de 2000.

Sob um cenário em que até Hillary Clinton se presta ao papel de chefe de torcida de Bush, a direita puritana faz a festa. Representada por gente como Jerry Falwell, ela se aproveita da gravidade da situação e do conformismo estimulado pelo governo e pela mídia para fazer com que reivindicações legítimas como a legalização do aborto, a ampliação dos benefícios sociais e a defesa dos direitos dos homossexuais pareçam superficialidades.

É lamentável que na luta contra o terror os EUA tenham de sacrificar os valores democráticos e de liberdade que caracterizam a nação, segundo a definição patriótica. Também é lastimável que os americanos, unidos como foram pela tragédia, não tenham tido a oportunidade de analisar e discutir as razões pelas quais foram atacados e de que forma reagir, fora dos círculos intelectuais mais restritos, onde o espírito do debate se sobrepõe mais facilmente ao fanatismo azul, branco e vermelho.

Como observa David Talbot, fundador e editor-chefe da Salon, “o país está passando por um oportuno curso de geopolítica, religião comparada e estratégia militar”. Mas se as lições não são discutidas por todo o grupo, como tirar proveito da experiência?

Em entrevista a Folha de S. Paulo, o historiador Nicolau Sevcenko oferece uma perspectiva bastante otimista da situação. Na sua opinião, os americanos farão seu dever de casa. “Passado o primeiro momento, a população ampliará sua capacidade de perceber as tensões em outras partes do mundo”.

Tomara. Mas para que isso aconteça será necessário resgatar dos escombros do World Trade Center o verdadeiro sentido da individualidade e o respeito à diversidade, e que esses valores sejam disseminados por toda a América. Assim os americanos poderão experimentar, como os nova-iorquinos, o orgulho de pertencer não a uma nação, mas ao mundo.



Retaliação? O Brasil fica fora

Paulo Sérgio Pinheiro

O Brasil poderá ser mais influente quanto mais distanciamento guardar do triunfalismo guerreiro dos EUA

¹professor de ciência política e coordenador do Núcleo de Estudos da Violência da USP, é relator da ONU para o Myanmar e membro da Subcomissão de Promoção e Proteção dos Direitos Humanos da organização.

Artigo publicado na Folha de São Paulo de 23 de setembro de 2001





As cenas de horror em Manhattan foram repetidas e repetidas envoltas num mantra carregado de “kitsch” patriótico e religioso que parece eliminar a política das mentes. Na apoteose da unidade americana, no Capitólio, o presidente Bush recitou fórmulas encantatórias, preparando o povo americano e o mundo para as mortes de soldados na guerra que logo começará.

É no mínimo liberdade poética pretender que os EUA corporifiquem o bem. Eles têm um estilo especial de atuar na comunidade dos Estados - respeitam, cobram o respeito ou desrespeitam o direito internacional segundo sua conveniência própria.

Continuar chamando os terroristas de loucos e maus (provavelmente são uma coisa ou outra -ou as duas) pode ajudar a extravasar a dor, mas pouco ajuda a entender. O governo americano e as antigas potências coloniais da Europa tendem a subestimar os adversários das sociedades tradicionais que mal conhecem ou entendem. Mas os atentados deixaram claro um tal grau de planificação e organização, conexão de redes, logística e capacidade de antecipação longe de qualquer improvisação, como lembrou François Heisbourg, da Fundação de Pesquisas Estratégicas.

Não foi o combate das trevas contra a luz. O conflito não é entre culturas. Se choque de civilizações houve, este ocorreu principalmente com a eclosão dos imperialismos europeus na África e na Ásia, no século 19. Não estamos diante de um conflito com o mundo muçulmano: os terroristas não passam de facções minoritárias, que têm grande audiência (ajudada pela política externa norte-americana) nas sociedades islâmicas, com agendas próprias no mundo islâmico e com alguma capacidade de estrago, mas com limitada viabilidade histórica. O futuro não será deles.

Propor uma “cruzada” ou arrogar-se uma missão de “justiça infinita”, que até agora pensávamos estar no âmbito de Deus -ou Allah-, indicam um desconhecimento do mundo. O chamado campo islâmico é rachado por divisões e contradições insolúveis.

Satanizar Osama bin Laden e fantasiar que sua eliminação vá colocar um fim ao terrorismo é pura ilusão. Igual a pensar que as capturas de Carlos, o chagal, e de Pablo Escobar seriam o fim do terrorismo e do narcotráfico. A rede de terrorismo vai muito além do bando de Bin Laden: está sendo financiada por ativa captação de fundos nos regime fundamentalista muçulmano da Arábia Saudita e em outros regimes da península arábica, lembrou Edward



Luttwak. Esses fundos são irrigados através dos sistema financeiros internacionais com ramificações em todos os continentes. As redes de terrorismo ultrapassam os Estados, mas se baseiam neles.

Nada do que foi dito aqui serve para escusar o megaataque aos direitos humanos das vítimas da barbárie. Vítimas jamais devem ser culpadas por nada. O dever de todos os países, inclusive nós aqui embaixo, no Sul, é repudiar os atentados, qualquer atentado. Nada justifica o terror. Antes de passar à guerra, haveria muito que fazer em termos de inteligência e diplomacia.

Mas o império requer vingança. A mobilização americana para a sua “cruzada” servirá apenas para estancar o desejo de vingança suscitado na sociedade americana pelo presidente Bush. Mais efetivas seriam pressões diplomáticas e econômicas, a identificação e o desmantelamento das redes e a destruição dos campos de treinamento nos santuários que vários países asseguram. Ações militares “cirúrgicas” serão inúteis: melhor seria usar a oportunidade para desarmar a infra-estrutura do terrorismo no Ocidente e no Oriente Médio.

O Brasil, paradoxalmente, poderá ser mais influente quanto mais guardar o distanciamento do triunfalismo guerreiro dos EUA. O Brasil e a América Latina têm uma situação peculiar. Estamos aqui na América Latina, como o cientista político e atualmente embaixador da França no Brasil, Alain Rouquié, chamou com muita felicidade de “Extremo Ocidente”. Estamos numa posição ímpar para ouvir o clamor dos deserdados da Terra e sermos interlocutores válidos para o Norte.

O Estado brasileiro tem densidade suficiente na comunidade internacional para recusar o ultimato imperial “ou vocês estão conosco ou vocês estão com os terroristas”. O Brasil deve lembrar aos cruzados do Norte que a ONU tem uma posição única para a construção de uma coalizão universal e para assegurar a legitimidade global para a luta de longo prazo contra o terrorismo.

Se os EUA e os países europeus forem para a guerra, como tudo indica, que o governo do Brasil diga às claras, como implorava Paulo Evaristo Cardal Arns, do alto de seus luminosos e intemoratos 80 anos, que recusamos nos associar a expedições punitivas militares de retaliação. O Estado brasileiro não pode coonestar ataques militares, verdadeiras ações de terrorismo de Estado, contra populações pobres e famintas do Afeganistão ou de qualquer outro país.

Estamos ao lado do governo e da sociedade americana enquanto choram e pranteiam seus mortos. Na vingança e na retaliação contra mulheres, idosos, crianças, miseráveis e inocentes, devemos ficar fora e longe.



A Diferença Que Um Dia Pode Fazer *

Joanna Berkman¹

¹jornalista norte-americana editora do relatório anual sobre o fome da ONG Bread for the World e do International Food Policy Research Institute (IFPRI)

*tradução livre do título da música What a Difference a Day Makes





Os dois aviões sequestrados que colidiram com as torres gêmeas do World Trade Center em 11 de setembro destruíram instantaneamente o horizonte de arranha-céus de Nova Iorque e seu status quo. Tanto este ato de guerra como seus perpetradores foram absolutamente atroz. Mas a maldade tem uma beleza toda sua. Esse odioso ataque foi indiscutivelmente concebido e executado com elegância. Os terroristas não somente assassinaram 6.000 pessoas e feriram pelo menos outras 8.700. Eles nos fizeram assistir aos ataques no momento em que aconteciam usando a mesma mídia que consideraram decadente e aproveitando-se das mesmas liberdades que tanto desprezam. Foi diabólico. Foi brilhante.

O ataque lembrava um videogame violento ou um filme apocalíptico produzido em Hollywood. Enormes bolas de fogo, colunas de fumaça, grandes explosões, terroristas árabes e pessoas gritando e correndo para salvar suas vidas. Mas aquilo não era diversão. Era real. E estava acontecendo conosco, aqui, não em Tel Aviv, mas na cidade de Nova Iorque, o coração do Sonho Americano, o epítome das aspirações e oportunidades dos Estados Unidos.

Estamos vivendo no limite, sem saber o que vai acontecer ou quem será o próximo. Os desdobramentos do ataque do dia 11 de setembro vêm se revelando em todos os níveis, das mais variadas maneiras, desde aquele dia fatídico em que o choque levou os americanos para a clarificar seus valores coletivos nacionais. O preço da liberdade é a eterna vigilância. Nós havíamos sido negligentes. Começamos a repensar tudo.

Nossos governantes, assim como a sociedade, reagiram imediatamente. Pessoas com experiência em áreas cruciais chegaram ao local do acidente em Nova Iorque vindas de todo o país. Eram médicos, enfermeiros, técnicos em emergências médicas, soldados, trabalhadores da construção civil, operadores de equipamentos pesados, equipes de busca e salvamento, quiropráticos, especialistas em massagem terapêutica, profissionais da área de saúde mental, e conselheiros espirituais que foram chegando até serem recusados, pois já havia um número excessivo deles. Eles vieram de carro



desde a Califórnia, e de bicicleta desde Connecticut. Eles precisavam estar lá, para ajudar, para fazer alguma coisa. Isso é o jeito americano.

Milhares de voluntários doaram sangue. Milhares recolheram roupas limpas e cozinham para os bombeiros e policiais que se dedicaram diuturnamente ao trabalho de salvar vidas. Cidadãos comuns se apresentaram para o serviço público para trabalhar de graça, às suas próprias custas, em um ato de bondade, compaixão e generosidade. Eles abriram seus corações e ofereceram dinheiro, recolhendo milhões de dólares para as vítimas e suas famílias. O pior acontecimento revelou o melhor de cada um de nós. Descobrimos o verdadeiro sentido de “sociedade civil”. Estávamos orgulhosos de ser americanos.

O patriotismo explodiu como os fogos de artifício no 4 de julho. Pessoas que nunca antes haviam pensado em fazer isso, correram para comprar uma bandeira americana. Eles a exibiram do lado de fora de suas casas e escritórios, vestiram-se com ela, prenderam-na em seus carros, e decoraram suas janelas como símbolo de unidade, determinação, e tristeza nacional. Problemas triviais e menores foram deixados de lado para revelar o que realmente importava. Bombeiros, policiais e os reféns condenados à morte que dominaram os terroristas e desviaram o quarto avião sequestrado, que tinha como possível alvo a Casa Branca ou do Capitólio, para um campo na Pensilvânia substituíram os astros do esporte e da música como nossos novos e verdadeiros heróis.

Diferenças políticas foram temporariamente esquecidas. Em Nova Iorque, o governador George Pataki, a Senadora Hillary Clinton e o prefeito Rudy Giuliani, que já foram desafetos políticos amargos, deixaram de lado suas diferenças para trabalhar pela cidade. Em Washington, congressistas republicanos e democratas que sempre se opuseram uns aos outros passaram a se abraçar em público. O Congresso reuniu-se nas escadas do Capitólio em um show sem partidarismo e cantou “God Bless America - Deus Abençoe a América”, que veio a tornar-se o hino nacional não oficial. As pessoas



começaram a cantá-lo em todos os lugares onde um grupo estivesse reunido, fossem templos religiosos, jogos de beisebol ou serviços funerários. Essa solidariedade nos mostrou de uma só vez que a nossa democracia poderia - e deveria - ser assim.

O Presidente George W. Bush deixou de esconder-se atrás das baixas expectativas e passou a agir como um líder verdadeiro. Ele, que não venceu pelo voto popular e foi eleito pela maioria do Tribunal Superior, que passou mais tempo de férias nos seus primeiros seis meses de mandato do que parecia razoável, cujos pronunciamentos inarticulados e sem propósito causaram situações de embaraço, ansiedade e ridículo; este homem teve que tomar a frente de uma situação que exigia um Roosevelt ou um Churchill.

No início, George W. Bush era o Onde está Wallie? do governo nacional. Ele deixou a Flórida, onde estava quando o primeiro ataque ocorreu, e voou para a Louisiana e para o Nebraska, por motivo de segurança segundo informações, antes de finalmente voltar a Washington. Em suas primeiras aparições na TV, suas mensagens à nação eram demasiado curtas, tépidas e nem um pouco arrojadas. Então, um milagre aconteceu. O discurso de meia hora que o presidente fez em uma sessão conjunta do Congresso foi irretocável e surpreendente e captou perfeitamente o espírito do povo americano. Se Bush II é ou não o líder que precisamos neste momento não importa. Ele é o Presidente que temos e está recebendo o apoio do povo americano. Aqueles que duvidaram de sua inteligência não chegaram a mudar de idéia. Temos a certeza de que não foi ele quem escreveu aquele discurso. Mas fomos tranquilizados pela cautela do Secretário de Estado, Colin Powell, e pela transformação de outros políticos, como o irascível Rudy Giuliani, em líderes verdadeiros e humanos.

Revimos cada campo de nossa existência após o ataque de 11 de setembro. Em muitos aspectos, as mudanças foram absolutas. A atitude dos EUA perante a ONU foi reavaliada. Finalmente iremos pagar nossas dívidas, há muito atrasadas devido a oposição de congressistas reacionários.



Até Hollywood e os fabricantes de videogames sucumbiram à introspecção, e reavaliaram a ‘receita de bolo cujos ingredientes principais eram assassinatos e destruição e que nos era empurrada como diversão. Durante muitos anos, eles negaram veementemente a ligação entre seus “produtos” e a violência em nossa sociedade, mesmo quando adolescentes desequilibrados traziam armas para as escolas, em seqüência, para atirar em seus professores e colegas. “Quem iria pensar que um ataque terrorista, um acidente de avião, ou um prédio em chamas seria considerado divertido agora?” eles perguntaram. Eles já deveriam saber a resposta para aquela pergunta há muito tempo.

Entretanto, nem tudo mudou radicalmente após nossa reflexão forçada. O racismo, que é uma falha de caráter nacional e recorrente mostrou sua face repulsiva, e crimes de ódio contra qualquer pessoa que aparentasse ser árabe ou muçulmana ocorreram, incluindo vários assassinatos. O nosso medo é tão grande que passageiros e comissários de bordo recusaram-se a decolar a não ser que homens “com aparência suspeita” fossem retirados do avião. Enquanto o povo americano tenta recuperar seu senso de proteção e segurança pública, estamos cientes de que não podemos violar os princípios que buscamos defender. Quando prometemos fidelidade à bandeira (agora com sinceridade e não mais mecanicamente), declaramos ser “uma nação, obediente a Deus, com liberdade e justiça para todos”. Mesmo que nosso país não tenha sempre mantido seus elevados padrões, eles são os nossos ideais. À medida em que partimos em busca dos terroristas que destruiriam nossas liberdades, nos empenhamos para resolver a questão do perfil racial, uma prática que vem incomodando nossos cidadãos afro-americanos há várias gerações. Não repetiremos o vergonhoso erro de criminalizar um grupo inteiro de americanos, como o governo fez ao deter e confinar milhares de leais nipos-americanos durante a Segunda Guerra Mundial. Entretanto, quando quem nos ataca são árabes e muçulmanos que passam por nós como pessoas comuns, separar os terroristas dos cidadãos nos coloca em uma situação



difícil. Devemos encontrar uma maneira de identificar os perpetradores sem condenar as comunidades islâmicas e árabes.

Além disso, há a questão da mulher, sempre a última e menos importante. Quando é que os Estados Unidos irão lutar pelos direitos humanos das mulheres, da maneira que nós lutamos pelos direitos dos judeus de viver em Israel e para Israel existir? Todas as americanas que eu conheço acharam que a violência que o Taliban impõe às mulheres tem a ver com a violência que eles perpetraram contra nós, mas o silêncio oficial do governo sobre o assunto é ensurdecedor. Os Estados Unidos sabiam que a máfia religiosa e fascista do Afeganistão estava perseguindo as mulheres, assim como nós sabíamos que os nazistas estavam assassinando os judeus. As americanas tentaram em vão tornar público esse abuso, assim como os judeus americanos e europeus tentaram fazer com que os Estados Unidos reagissem de forma decisiva para colocar um ponto final na exterminação dos judeus.

Sabíamos, e ficamos de braços cruzados quando o Taliban tornou crime o fato de ser mulher, assim como não fizemos nada quando os alemães decidiram que era crime ser judeu. As táticas do Taliban eram idênticas às daquelas dos nazistas. Ao tomar Cabul em 1995, o Taliban colocou todas as mulheres e meninas sob custódia doméstica, justificada pela rubrica “legal” de sua ideologia repressiva. As mulheres não podiam sair de suas casas sem a companhia de um parente varão. Aquelas que ousassem sair em público tinham que cobrir-se com uma “burka”, traje oficial feito de acordo com as regras do Taliban, que consiste em uma túnica que cobre todo o corpo e tem na altura dos olhos uma tela que mal possibilita uma visão parcial. Meninas foram proibidas de frequentar a escola. Mulheres não podiam trabalhar, nem mesmo médicas e enfermeiras. Mulheres não podiam ser tratadas por médicos do sexo oposto. Bandos de homens e rapazes perambulavam pelas ruas e batiam em qualquer mulher que não se comportasse conforme determinava a política de pureza e retidão



estabelecida pelo Taliban. Ainda assim, a semelhança entre essas medidas e as estrelas amarelas e camisas marrons do nazismo não soaram o alerta.

As agências internacionais de ajuda humanitária que enviaram alimentos, aqui incluídas as ONGs americanas e européias que representam os países que lutaram na Segunda Guerra Mundial, aceitaram as restrições que o Taliban impôs às mulheres. Os homens ocidentais não iriam tocar na “questão de gênero”. Era perigoso demais. Os direitos das mulheres eram uma questão de tradição, religião e costumes. Entre homem e mulher ninguém mete a colher. Esta relatividade cultural obscena, essa amnésia histórica e essa covardia nos conduziram diretamente à guerra contra o terrorismo que agora enfrentamos. Deveríamos saber onde esses direitos humanos contra as mulheres nos estavam levando. Ainda assim, em maio último, os Estados Unidos doou US\$43 milhões ao Taliban como recompensa pela erradicação das plantações de papoula, uma política que deveria ter sido o contraforte da mal orientada e fracassada Guerra contra as Drogas americana. O que achávamos que eles iriam fazer com esse dinheiro?

Agora temos que matar o monstro que ajudamos a criar. Deveríamos ter prestado atenção à advertência de Martin Niemoeller (1892-1984), um oponente dos nazistas que somou o custo do apaziguamento e da acomodação. “Primeiro eles foram atrás dos comunistas, mas como eu não era comunista, não me manifestei. Depois eles foram atrás dos socialistas e dos sindicalistas, mas como eu não era nem um nem outro, não me manifestei. Daí eles foram atrás dos judeus, mas eu não era judeu, então não me manifestei. Então, quando eles vieram atrás de mim, não havia mais ninguém para se manifestar em meu favor”.

Os Estados Unidos ignoraram a perseguição das mulheres pelo Taliban. E daí eles vieram atrás de nós. Não haverá justiça nem paz até que os homens se manifestem pelos direitos das mulheres, pois a subjugação das mulheres é o modelo para toda a opressão. É difícil imaginar situação semelhante na qual as mulheres não lutariam até a morte para libertar seus filhos e maridos, pais e irmãos. É hora dos homens de todo o mundo retribuírem. Nos lugares onde as mulheres são invisíveis e silenciadas, os homens não tem como contar com as suas mais fiéis e ternas campeãs.



Abençoada Guerra

Frei Betto¹

¹ Frei Beto, frade dominicano e escritor, é autor de Entre Todos os Homens
Artigo publicado no Jornal do Brasil - 1º de outubro de 2001





O Vaticano, através de seu porta-voz, Joaquín Navarro-Valls, dia 24 de setembro abençoou a guerra (contra quem?) declarada por Bush. Às vezes, é mais prudente agir do que ficar passivo, disse Valls. Nesse sentido, o papa não é um pacifista, porque em nome da paz algumas injustiças horríveis foram cometidas.

O Vaticano tem razão. Pacifista extremado, João Paulo II nunca foi, até porque participou da Segunda Guerra em defesa de sua querida Polônia. E, em 1995, exaltou os méritos da Resistência Francesa. Como se sabe, os partisans franceses não lograram expulsar a Gestapo das ruas de Paris com flores nas mãos. Pelo contrário, praticaram sobre os inimigos as mesmas barbaridades que antes condenavam, como a tortura. Maiores detalhes com Marguerite Duras em *La Douleur* (A Dor).

Não só em nome da paz se cometeram injustiças. Em nome da democracia também. No Cone Sul, a Casa Branca e a CIA implantaram, nos anos 60 e 70, as ditaduras militares do Brasil, do Uruguai, do Chile e da Argentina. Em nome de Deus, a Igreja promoveu as Cruzadas, entre os séculos 11 e 13, para massacrar o Islã. Em 1099, Godofredo de Bulhões conquistou Jerusalém, onde entrou cavalgando sobre milhares de cadáveres de judeus e muçulmanos.

O argumento de que tais atrocidades devem ser compreendidas dentro do contexto histórico em que ocorreram, quando a mentalidade era outra, fica invalidado por ter a Igreja, como paradigma supremo, a prática e a palavra de Jesus: os Evangelhos, muito anteriores às Cruzadas. Bem dizia Toynbee, quem conhece a história da Igreja acredita mesmo que ela é uma instituição divina, caso contrário já teria desaparecido.

Em nome da Igreja Católica, Navarro-Valls acrescentou: se alguém faz um grande mal à sociedade e se há risco de que venha a fazer isso de novo, caso permaneça livre, você tem o direito de recorrer à autodefesa em nome da sociedade que lidera, mesmo que os meios escolhidos possam ser



agressivos. Às vezes, a autodefesa implica uma ação que pode levar à morte de uma pessoa.

Enquanto João Paulo II clamava pela paz na Armênia, o porta-voz do Vaticano nada mais fez do que repetir o princípio do tiranicídio, cunhado por meu confrade Tomás de Aquino. Se a morte do tirano significar o fim do terror sobre o povo, que seja assassinado o tirano (cf. Suma II, II, art. 7 e q. 40). Pena que isso seja invocado quando ainda não há nenhuma prova cabal de que Bin Laden, ex-agente da CIA, e o povo afegão são os responsáveis pelos hediondos atentados aos EUA.

O que me constrange, como católico, é jamais ver o Vaticano aplicar o princípio tomista da autodefesa quando se trata dos pobres, como agricultores expulsos de suas terras ou famílias atingidas pela construção de barragens. Então multiplicam-se os apelos aos métodos pacíficos. E quem se defende da agressão policial, como em Eldorado dos Carajás (as mortes de 21 sem-terra permanecem impunes), é tratado como belicoso.

Lá vai o Superbush atirar seus mísseis, como confetes, sobre as choças dos pobres afegãos. Tudo, agora, sacralizado pelas bênçãos do Vaticano, com o qual, felizmente, Deus não se confunde.



O terror e a nova ordem mundial

Luís Nassif¹

¹Jornalista

Artigo publicado na Folha de São Paulo - 18 de setembro de 2001





Se FHC de fato ambiciona um papel no cenário político internacional, está aí a sua oportunidade: liderar uma ampla ofensiva internacional, preferencialmente por meio da ONU (Organização das Nações Unidas) para duas iniciativas. A primeira, definir as formas como se dará sobreranamente a articulação de todas as nações do mundo para as colaborar com os EUA na elucidação dos atentados. A segunda, a observância severa de todos os procedimentos judiciais nas investigações e a resistência a qualquer forma de escalada indiscriminada de reliações, fundamentalmente, a qualquer iniciativa que venha a colocar em risco a população civil dos países atacados. Trata-se, aí, da pior forma de terrorismo: o de Estado.

Seria importante nessa discussão que esse discurso pró-americanista que surgiu nos últimos dias na imprensa se mancasse um pouco. Mais ridículo que o anti-americanismo que atribui todas as mazelas brasileiras aos EUA são esses carcarás brazucas tentando emular falcões americanos e propondo guerra.

Internamente os EUA são a pátria dos direitos civis. E foi uma conquista na porrada. Foi necessária uma guerra civil para libertar os escravos, uma segunda guerra civil, nos anos 60, para impor a igualdade.

Na condição de país federativo, com cidadãos ciosos da sua independência municipal e estadual, a imposição de direitos civis a todo o país foi uma luta dantesca da civilização contra a barbárie. Foi um trabalho construído dia após dia pela Suprema Corte, ela mesma se democratizando de maneira lenta e segura. E dependeu da elite americana (aquela que viceja em Boston, Nova York, Washington) abrir seu leque de interesses sobre os desassistidos dos Estados mais atrasados. Foi um trabalho que se completou há muito pouco tempo. O macarthismo vicejou há menos de 50 anos. A Ku Klux Klan foi dominada apenas nos anos 70.

Hoje em dia, embora não se tenha uma sociedade perfeita, o processo jurídico americano é o mais completo possível. Dia desses, quase foi anulado o julgamento de um criminoso confesso simplesmente porque havia suspeita de que a promotoria ou o juiz houvessem ocultado prova a favor do réu.



Para fora, o jogo é outro. A diplomacia americana continua subjugada pela lógica da segurança. Quem dita a regra é a CIA. É truculenta, sim, patrocina morte de população civil, sim, apóia ditadores, sim, e a opinião pública americana é totalmente insensível em relação ao genocídio de povos “estranhos”, como foi insensível durante muito tempo ao que ocorria nos Estados do Sul. Não se trata de anti-americanismo, como apregoam esse neo-americanismo pré-Vietnã, acrítico e fora de moda, mas de uma constatação objetiva, encampada pelas cabeças mais liberais e humanistas dos EUA.

A opinião pública americana precisa de preparar para a globalização, como o foi para o federalismo de seu próprio país. O mundo caminha para uma nova ordem, que será indelevelmente marcada pela reação dos EUA a esse atentado bestial. A posição da diplomacia brasileira e do nosso presidente deverá ser alertar os EUA e demais países para os seguintes pontos:

1. invocar princípios básicos da própria sociedade americana para a nova ordem mundial. Significa: o apego aos procedimentos jurídicos básicos, de não culpar sem provas; o cuidado para restringir a represália apenas aos terroristas, evitando vítimas civis;

2. orquestrar o apoio do mundo inteiro, na luta contra o terror, preservando a autonomia e a auto-determinação de cada país. A adesão dos países livres a essa luta contra o terrorismo deverá vir alicerçada em princípios universais de solidariedade. Essa visão texana de imposição de apoio não se coaduna com a visão civilizada de uma nova ordem global;

3. deixar claro que qualquer reação indiscriminada contra o terror significará expor todo cidadão americano a represálias futuras, além de comprometer a nova ordem mundial. A opinião pública americana se deu conta de que estado permanente de guerra significará ter de abrir mão de conquistas básicas da civilização americana, como liberdades individuais, direito de ir e vir.

Tem-se hoje uma mídia americana sedenta de sangue, em uma situação na qual a maior arma para combater o terrorismo é o desarmamento de espíritos e a institucionalização da repressão ao terror.



Depois da Ira

Cristovam Buarque ¹

¹Cristovam Buarque, Professor da UnB, ex-governador do DF, pelo PT, Autor do livro Admirável Mundo Atual.

Artigo publicado em O Globo 08 de Outubro de 2001





Em Dezembro de 1941, os EUA foram tomados por uma espantosa e justa ira contra os japoneses, que atacaram a base militar de Pearl Harbor. Ira que se repete hoje, nem menor nem menos justificável, agora causada por um grupo de terroristas que assassinou milhares de pessoas, a maior parte norte-americanos, em Nova York.

A ira provocada por aquele ataque precipitou a entrada dos EUA na guerra, e foi causa das explosões de duas bombas atômicas que mataram centenas de milhares de japoneses e até da ocupação política e militar do Japão. Mas, passada a ira, os EUA ajudaram o Japão a se recuperar, o povo japonês demonstrou sua capacidade de recuperação, tornando-se um forte aliado dos norte-americanos na construção da globalização.

O terror em Nova York ainda vai continuar provocando muita ira nos EUA e no resto do mundo. Com o apoio de muitos governos, os EUA vão fazer uma guerra contra os terroristas e o governo dos talibãs. Passadas as ações militares e jurídicas, certamente haverá um novo mundo depois da ira. E ele poderá ser pior ou melhor do que é agora.

Será pior se os atos terroristas provocarem ou forem usados para justificar estados autoritários. Será uma grande ironia se, depois de 50 anos de guerra fria contra o modo soviético de intervenção do estado na sociedade, tivermos semelhante atuação do estado capitalista. Será, também, um mundo pior se houver uma consolidação dos preconceitos contra os estrangeiros. Seria outra grande ironia que no momento da globalização do mundo, os países ricos caminhassem para a xenofobia contra os povos pobres, especialmente árabes e muçulmanos.

No entanto, o mundo poderá ser melhor se os ricos entenderem que não vale a pena recorrer novamente aos regimes autoritários, nem quebrar o entrelaçamento mundial construído nas últimas duas décadas e, no lugar de financiar o isolamento, investirem na integração social. Seria um mundo melhor depois da ira, se a população rica e assustada do



mundo perceber que ela também tem a ganhar com um programa pela erradicação do terror social no mundo inteiro. E se a guerra for declarada contra todo tipo de terror: daquele que soterra inocentes nos escombros de prédios norte-americanos e do que soterra inocentes nos escombros da pobreza no resto do mundo. O mundo será melhor se a riqueza usada para atacar terroristas escondidos nas montanhas do Afeganistão for usada também para atacar a miséria nas savanas africanas.

Meio século atrás, terminada uma dura guerra contra o nazismo e o fascismo, depois da ira, os EUA executaram o Plano Marshall de reconstrução da Europa. Em poucos anos, 17 países europeus saíram dos escombros e se fizeram fortes e ricos. Os EUA foram vistos não apenas como vitoriosos militares de uma guerra, mas também na posição de liderança na luta pela erradicação da pobreza na Europa. Naquele momento isso foi feito em razão da estratégia de brechar o avanço do comunismo que caminhava sobre o terreno fértil da pobreza, da falta de esperança e de mística.

É possível que a possibilidade do comunismo esteja superada no futuro imediato, mas nada mudou no que se refere à pobreza, à exclusão, à discriminação, ao desemprego, à falta esperança e mística para a juventude. Tudo isso seria um solo fértil para uma utopia, mas também, enquanto não surge essa utopia, pode ser o terreno propício para a propagação de movimentos terroristas desesperados.

Diante dos EUA e das demais lideranças mundiais está o desafio de escolher o que fazer depois da ira: assumir como definitiva a desigualdade e a exclusão no mundo, implantar a apartação mundial protegendo os ricos com mecanismos crescentemente mais fortes de repressão e segregação política e social; ou criar mecanismos sociais que façam a globalização sem exclusão, garantindo a todos os habitantes do mundo acesso à alimentação, à educação, à saúde e à moradia com água própria para consumo, coleta de lixo e esgoto.



A primeira alternativa é tecnicamente possível, mas eticamente vergonhosa. A segunda é eticamente correta e tecnicamente possível. Os EUA gastaram US\$ 100 bilhões nos investimentos europeus do Plano Marshall, em termos de dólares atuais, mais do que seria necessário investirem agora em um programa internacional que cuidasse de todas as crianças pobres do mundo, alimentando, educando, tratando e construindo cidadãos de um mundo melhor, depois da ira natural que hoje é sentida.

Pena que as escolhas aparentemente não serão feitas por estadistas capazes de convencer o povo a fazer escolhas sem ira, olhando o longo prazo e as vantagens da solidariedade, parece que serão feitas por políticos mais preocupados com a próxima eleição do que com a próxima geração, acostumados a manipular a opinião pública, inclusive sua ira, para ganhar votos. E esses votos tendem mais facilmente para o pensar de curto prazo e para a glorificação da ira. Por isso, a ira do povo pode durar mais tempo, a serviço de políticos sem visão nem compromisso futuro e menos ainda com a humanidade.

Talvez, o verdadeiro terror não esteja dentro de aviões carregados de combustível, mas dentro de nós, incapazes de administrar com ética e estadismo a monumental força técnica da civilização que adquirimos ao longo do século XX. Civilização cheia de maravilhas da técnica e de horrendas desigualdades sociais, habitada por terroristas fanáticos manipulando a mágoa dos povos pobres e por políticos deslumbrados com a ira dos povos ricos, líderes com as armas modernas e maldade antiga - em suas mãos, bombas atômicas e em seus corações, pesquisas de opinião.

Talvez o depois da ira esteja muito longe. E talvez venhamos a ter saudades dela. A única certeza é a de que não sabemos ainda como será o mundo depois da ira.





Não porque o diga Bin Laden

Gema Martín Muñoz¹

¹professora de Sociologia do Mundo Árabe e Islâmico da Universidade Autônoma de Madrid e este artigo foi publicado
artigo publicado no *Correio Brasiliense* - 10 de outubro de 2001





No domingo à tarde começaram os ataques contra o Afeganistão e, horas mais tarde, a rede de televisão por satélite Al-Jazira divulgava uma mensagem de Osama Bin Laden, cuja análise não devemos esconder pelo fato de vir de um personagem detestado por sua inaceitável ação terrorista. Como se tem dito sem parar esses dias, a luta contra o terrorismo é muito complexa e, acima de tudo, muito difícil. Não existe um remédio evidente, mas, junto às estratégias policiais e de força, deve-se também lutar contra suas causas, e é aí que a política entra decididamente em jogo. E no Oriente Médio se acumulou um grande número de problemas, conflitos e lamentáveis situações humanas cujas raízes são profundamente políticas. Nenhum movimento clandestino pode operar sem apoio popular e sem ajuda externa para prover recrutamentos, propaganda e apoio econômico. Além disso, os movimentos buscam ganhar popularidade e cometem seus atentados no momento em que crê que existam condições para conseguir adesões à sua causa. Esse é também o caso do turbulento e obscuro grupo de Bin Laden. A prova está no conteúdo completamente político de sua mensagem.

Bin Laden fez uma declaração que, longe de representar simplesmente o “louco de Alá” que quase todos esperavam no mundo ocidental - reduzindo-se a maldições culturais, fanatismo irracional e menções ultra-religiosas -, colocou o dedo na chaga dos conflitos e tragédias humanas que assolam a região e que estão diariamente presentes no sentimento das populações muçulmanas.

Não porque o diz Bin Laden, deixa de ser realidade que, desde a partilha colonial após a Primeira Guerra Mundial, o Oriente Médio vive uma desgraça atrás da outra, em boa parte conseqüência da intervenção e dos interesses externos: a divisão artificial de Estados a serviço das potências estrangeiras, a manipulação, por parte dessas potências, das minorias cristãs orientais, gerando conflitos religiosos, a instalação de elites governantes a serviço das mesmas potências para desgraça de suas populações, a criação de Israel e o



abandono dos direitos palestinos, a derrocada de governos nacionalistas a favor de ditaduras (como fez a administração Eisenhower em 1953 no Irã contra Mosaddeq a favor do posterior regime do Xá), o apoio e consolidação de sátrapas como Saddam Hussein, que, antes de ser, em 1991, o Hitler do Oriente Médio, foi durante uma década o homem do Ocidente frente ao Irã de Khomeini (como ocorreu com o próprio Bin Laden no modelo afegão)...

Tampouco porque o diga Bin Laden, deixa de ser uma realidade que a dependência da Arábia Saudita por proteção militar externa a tenha levado a cair em contradição ao permitir que se instalem bases norte-americanas em um território que os próprios sauditas transformaram intensamente em símbolo sagrado do islamismo, se bem que a serviço de sua própria legitimidade para manter um regime despótico e tribal que não tem capacidade para levantar a voz e defender as injustiças que castigam as populações do mundo muçulmano, a que pretende representar com exclusividade.

E não porque o diga Bin Laden, deixa de ser certo que existe um silêncio culpável diante da morte e sofrimento das crianças iraquianas submetidas a um embargo injusto e letal, cujos objetivos políticos de derrubada do regime iraquiano foram comprovadamente ineficazes, e que existe uma inaceitável insensibilidade diante da violência diária que sofrem os palestinos porque o apoio incondicional dos EUA a Israel prevaleceu sobre o direito internacional e o sofrimento humano.

A política norte-americana não levou em conta o ser humano nessa parte do mundo (e não só ali), e Bin Laden faz do acúmulo histórico de sofrimento e humilhação que padecem as populações muçulmanas o principal elemento de mobilização a seu favor.

A manipulação e o oportunismo de Bin Laden sobre esse sofrimento em benefício de sua falsa causa não o tornam irreal. Existe e é a raiz do problema,



e, enquanto não se resolverem esses problemas com uma mudança da política internacional nessa região, não poderemos lutar verdadeiramente contra o terrorismo que representa esse personagem. Essa política internacional é principalmente liderada pelos EUA, daí que, na declaração de Bin Laden, seja este o objetivo substancial de suas ameaças e não o mundo ocidental em geral. E não se odeia os EUA por sua cultura, e sim por sua política externa, e isso é algo que também fica claro na mensagem. Não se trata de uma luta entre civilizações e culturas, o conteúdo basicamente político da declaração de Bin Laden mostra isso amplamente, porque, se considerasse que essa era a chave para mobilizar o mundo muçulmano a seu favor, não haveria dúvida de que recorreria a ele com o mesmo oportunismo. Isso é de grande importância para todos aqueles que, também de maneira oportunista, querem reduzir a complexidade do que está acontecendo a uma luta contra os valores ocidentais, para não ter que enfrentar a solução política dos problemas. Portanto, se querem acabar com os Bin Laden, além de persegui-los e julgá-los em tribunais internacionais por seus crimes, os EUA e seus aliados terão de modificar sua política no Oriente Médio, e isso significa muito mais que só acrescentar em cada discurso que não se trata de uma guerra contra o islamismo e o mundo muçulmano, muito mais que limitar-se a gerar mais ódio com escaladas militares que produzem mais sofrimento humano, como é o caso da população afegã atualmente (e tampouco cair no cinismo de primeiro bombardear para depois jogar comida e medicamentos). Da humilhação e dor é certo que Bin Laden também tirará proveito.



ARGUMENTOS PUBLICADOS

01 - Banco da Terra - Edécio Vigna e Gerson Teixeira - novembro/1999.

02 - A situação da Criança e do Adolescente no Congresso Nacional - Jussara de Goiás - dezembro/1999.

03 - Globalização na América Latina - Que globalização? - Iara Pietricovsky - Junho/2001

04 - Globalization in Latin America - Which globalization? - Iara Pietricovsky - July/2001

05 - A Farra dos Transgênicos - Edécio Vigna - setembro/2001

Parceria:

